

LEI MUNICIPAL Nº 1.999/24, DE 16 DE SETEMBRO DE 2024.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício 2025, e dá outras providências.

ORLEI GIARETTA, PREFEITO MUNICIPAL DE FLORIANO PEIXOTO, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo ordenamento jurídico vigente e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que, o Poder Legislativo Municipal aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte

L E I:

**CAPITULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, no art. 90, Inciso II, da Lei Orgânica do Município, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município, relativas ao exercício de 2025, compreendendo:

I - as metas e riscos fiscais;

II - as prioridades e metas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual para 2022/2025;

III - a organização e estrutura do orçamento;

IV - as diretrizes para elaboração e execução do orçamento e suas alterações;

V - as disposições relativas à dívida pública municipal;

VI - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária;

VIII - as disposições gerais.

§ 1º - As diretrizes orçamentárias têm entre suas finalidades:

I - orientar a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual para o alcance dos objetivos e das metas do Plano Plurianual – PPA;

II - ampliar a capacidade do Município de garantir o provimento de bens e serviços à população;

§ 2º - A elaboração, fiscalização e controle da lei orçamentária anual para o exercício de 2025, bem como a aprovação e execução do orçamento fiscal e da seguridade social do Município, além de serem orientados para viabilizar o alcance dos objetivos declarados no PPA, devem:

I - priorizar o equilíbrio entre receitas e despesas;

II - evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo amplo acesso da sociedade inclusive por meio eletrônico;

III - atingir as metas relativas a receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública estabelecidos no Anexo de Metas Fiscais desta Lei.

CAPÍTULO II DAS METAS E RISCOS FISCAIS

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2025, 2026 e 2027, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas em Anexo, composto dos seguintes demonstrativos:

I - das metas fiscais anuais de acordo com o art. 4º, § 1º, da LC nº 101/2000, acompanhado da memória e metodologia de cálculo;

II - da avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao ano de 2024;

III - das metas fiscais previstas para 2025, 2026 e 2027, comparadas com as fixadas nos exercícios de 2022, 2023 e 2024;

IV - da evolução do patrimônio líquido, conforme o art. 4º, § 2º, inciso III, da LC nº 101/2000;

V - da origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, em cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LC nº 101/2000;

VI - da avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Municipais, de acordo com o art. 4º, § 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101/2000;

VII - da estimativa e compensação da renúncia de receita, conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da LC nº 101/2000;

VIII - da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º - As metas fiscais estabelecidas no Anexo desta Lei poderão ser ajustadas quando do encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual, se verificadas alterações no comportamento das variáveis macroeconômicas e da execução das receitas e despesas, apresentadas em Anexo específico, e acompanhadas de justificativas técnicas e respectivas memórias e metodologias de cálculo.

§ 2º - Durante o exercício de 2025, a meta resultado primário prevista no demonstrativo referido no inciso I do caput, poderá ser reduzida até o montante que corresponder a frustração da arrecadação das receitas que são objeto de transferência constitucional, com base nos Arts. 157 e 158 da Constituição Federal.

§ 3º - Para os fins do disposto no § 2º deste artigo, considera-se frustração de arrecadação, a diferença a menor que for observada entre os valores que forem arrecadados em cada mês, em comparação com igual mês do ano anterior.

§ 4º - Nas hipóteses dos §§ 1º e 2º deste artigo, e para efeitos de avaliação do cumprimento das metas fiscais na audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da LC nº 101/2000, as receitas e despesas realizadas serão comparadas com as metas ajustadas.

Art. 3º - Estão discriminados, no Anexo que integra esta Lei, os Riscos Fiscais, onde são avaliados os riscos orçamentários e os passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas, em cumprimento ao art. 4º, § 3º, da LC nº 101/2000.

§ 1º - Consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais possíveis obrigações a serem cumpridas em 2024, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob controle do Município.

§ 2º - Também são passivos contingentes, obrigações decorrentes de eventos passados, cuja liquidação em 2024 seja improvável ou cujo valor não possa ser tecnicamente estimado.

§ 3º - Caso se concretizem, os riscos fiscais serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e, sendo esta insuficiente, serão indicados, também, o excesso de arrecadação e o superávit financeiro do exercício anterior, se houver obedecida à fonte de recursos correspondente.

§ 4º - Sendo esses recursos insuficientes, o Poder Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

CAPÍTULO III
DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MUNICIPAL EXTRAÍDAS DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º - As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2025 estão estruturadas de acordo com o Plano Plurianual para 2022/2025, Lei Municipal nº. 1.776/21, de 23 de julho de 2021 e suas alterações, especificadas em Anexo, integrante da presente Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos Lei Orçamentária.

§ 1º - Os valores constantes no Anexo de que trata este artigo possuem caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, podendo ser atualizados pela lei orçamentária ou através de créditos adicionais.

§ 2º - A programação da despesa na Lei de Orçamento Anual para o exercício financeiro de 2025 observará o atingimento das metas fiscais estabelecidas e atenderá às prioridades e metas estabelecidas no Anexo de que trata o *caput* deste artigo e aos seguintes objetivos básicos das ações de caráter continuado:

I - atendimento prioritário das despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo e do Poder Legislativo;

II - compromissos relativos ao serviço da dívida pública;

III - despesas indispensáveis ao custeio e manutenção da administração municipal;

IV - despesas com conservação e manutenção do patrimônio público evidenciadas em Anexo.

§ 3º - As metas e prioridades de que trata o *caput* deste artigo poderão ser alteradas, se durante o período decorrido entre a apresentação desta Lei e a elaboração da proposta orçamentária para , surgirem novas demandas e/ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos.

§ 4º - Na hipótese prevista no § 3º, as alterações do Anexo de Metas e Prioridades serão encaminhadas juntamente com a proposta orçamentária para o próximo exercício.

CAPÍTULO IV
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa: instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores, conforme estabelecido no plano plurianual;

II - Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - Operação Especial: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - Órgão Orçamentário: o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias.

VI - Unidade Orçamentária: o menor nível da classificação institucional;

§ 1º - Na Lei de Orçamento, cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores, bem como os órgãos e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto ou operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, de acordo com a Portaria MOG nº 42/1999, e suas atualizações.

§ 3º - A classificação das unidades orçamentárias atenderá, no que couber, ao disposto no art. 14 da Lei Federal nº 4.320/1964.

§ 4º - As operações especiais relacionadas ao pagamento de encargos gerais do Município, serão consignadas em unidade orçamentária específica.

Art. 6º - Independentemente do grupo de natureza de despesa em que for classificado, todo e qualquer crédito orçamentário deve ser consignado diretamente à unidade orçamentária à qual pertencem as ações correspondentes, vedando-se a consignação de crédito a título de transferência a unidades orçamentárias integrantes dos Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social.

Parágrafo Único - As operações entre órgãos, fundos e entidades previstas nos Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social serão executadas obrigatoriamente por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, utilizando-se a modalidade de aplicação 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social.

Art. 7º - Os orçamentos fiscais e da seguridade social discriminarão a despesa por elementos de despesa, na forma do art. 15, § 1º, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 8º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido no § 5º do art. 165 da Constituição Federal, no art. 90, Inciso III da Lei Orgânica do Município, e no art. 2º, da Lei Federal nº 4.320/1964, e será composto de:

I - texto da Lei;

II - consolidação dos quadros orçamentários;

Parágrafo Único - Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, os seguintes quadros:

I - discriminação da legislação básica da receita e da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

II - demonstrativo da evolução da receita, por origem de arrecadação, em atendimento ao disposto no art. 12 da LC nº 101/2000;

III - demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, de acordo com o art. 5º, inciso II, da LC nº 101/2000;

IV - demonstrativo das receitas por origem e das despesas por grupo de natureza de despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, conforme art. 165, § 5º, III, da Constituição Federal;

V - demonstrativo da receita e planos de aplicação dos Fundos Especiais, que obedecerá ao disposto no inciso I do § 2º do art. 2º da Lei Federal nº 4.320/1964;

VI - demonstrativo de compatibilidade da programação do orçamento com as metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com o art. 5º, inciso I, da LC nº 101/2000;

VII - demonstrativo da fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, para os Poderes Executivo e Legislativo, confrontando a sua totalização com a receita corrente líquida prevista, nos termos dos artigos 19 e 20 da LC nº 101/2000, acompanhado da memória de cálculo;

VIII - demonstrativo da previsão das aplicações de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);

IX - demonstrativo da previsão da aplicação anual do Município em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), conforme a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

X - demonstrativo das categorias de programação a serem financiadas com recursos de operações de crédito realizadas e a realizar, com indicação da dotação e do orçamento a que pertencem;

XI - demonstrativo do cálculo do limite máximo de despesa para a Câmara Municipal, conforme o artigo 29-A da Constituição Federal, de acordo com a metodologia prevista no § 2º do art. 13 desta Lei.

Art. 9º - A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

I - relato sucinto da situação econômica e financeira do Município e projeções para o exercício de 2025, com destaque, se for o caso, para o comprometimento da receita com o pagamento da dívida;

II - resumo da política econômica e social do Governo;

III - justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, da receita e da despesa e dos seus principais agregados, conforme dispõe o inciso I do art. 22 da Lei Federal nº 4.320/1964;

IV - memória de cálculo da receita e premissas utilizadas;

V - demonstrativo da dívida fundada, assim como da evolução do estoque da dívida pública dos últimos três anos, a situação provável no final de 2023 e a previsão para o exercício de 2025;

VI - relação dos precatórios a serem cumpridas com as dotações para tal fim constantes na proposta orçamentária;

VII - relação das ações aprovadas nas audiências públicas realizadas na forma estabelecida pelo art. 11 desta Lei, com a identificação dos respectivos projetos, atividades ou operações especiais, bem como os valores correspondentes.

CAPÍTULO V
DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO
DO ORÇAMENTO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I
Das Diretrizes Gerais

Art. 10 - Os orçamentos, fiscal e da seguridade social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas do Poder Legislativo e do Poder Executivo, neste abrangidos seus respectivos fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como as empresas e sociedades de economia mista em que o Município detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto e que dele recebam recursos.

Parágrafo Único - Os órgãos da Administração Indireta e o Poder Legislativo encaminharão à Secretaria de Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, até 15 de setembro de 2024, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de 2025, observadas as disposições desta Lei.

Art. 11 - A elaboração e a aprovação do Orçamento para o exercício de 2025 e a sua execução obedecerão, entre outros, ao princípio da publicidade, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§ 1º - Para fins de atendimento ao disposto no parágrafo único do art. 48 da LC nº 101/2000, o Poder Executivo organizará audiência(s) pública(s) a fim de assegurar aos cidadãos a participação na seleção das prioridades de investimentos, que terão recursos consignados no orçamento.

§ 2º - A Câmara Municipal organizará audiência(s) pública(s) para discussão da proposta orçamentária durante o processo de sua apreciação e aprovação.

Art. 12 - Os Fundos Municipais constituirão unidade orçamentária específica, e terão suas Receitas vinculadas a Despesas relacionadas com seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no art. 8º, § 1º, inciso V, desta Lei.

§ 1º - A administração dos Fundos Municipais será efetivada pelo Chefe do Poder Executivo, podendo, por ato formal deste, ser delegada a Secretários, servidores municipais ou comissão de servidores.

§ 2º - A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas, também, em balancetes apartados das contas do Município.

Art. 13 - Os estudos para definição do Orçamento da Receita deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos, a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois anos seguintes ao exercício de 2025.

§ 1º - Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para o exercício de 2025, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

§ 2º - Para fins de cálculo do limite das despesas do Poder Legislativo, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal, considerar-se-á a receita arrecadada até o último mês anterior ao prazo para a entrega da proposta orçamentária, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

Art. 14 - A lei orçamentária conterà reservas de contingência, desdobradas para atender às seguintes finalidades:

I - cobertura de créditos adicionais;

II - atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos;

§ 1º - A reserva de contingência, de que trata o inciso II do *caput*, será fixada em, no mínimo, 1,00 % (um por cento) da receita corrente líquida, e sua utilização dar-se-á mediante créditos adicionais abertos à sua conta.

§ 2º - Na hipótese de ficar demonstrado que a reserva de contingência constituída para atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos não precisará ser utilizada para sua finalidade, no todo ou em parte, o Chefe do Executivo poderá utilizar seu saldo para dar cobertura a outros créditos adicionais, legalmente autorizados na forma dos artigos 41, 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320/1964.

§ 3º - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora do Regime Próprio de Previdência Social será constituída dos recursos que corresponderão à previsão de seu superávit orçamentário e somente poderá ser utilizada para a cobertura de créditos adicionais do próprio regime.

Art. 15 - Observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000, somente serão incluídos novos projetos na Lei Orçamentária de 2025 se:

I - tiverem sido adequada e suficientemente contempladas as despesas para conservação do patrimônio público e para os projetos em andamento, constantes no Anexo da presente Lei;

II - a ação estiver compatível com o Plano Plurianual.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não se aplica às despesas programadas com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito, cuja execução fica limitada à respectiva disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 16 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, I e II, da LC nº 101/2000, quando for o caso, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

§ 1º - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da LC nº 101/2000, serão consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2025, em cada evento, não exceda aos valores limites para dispensa de licitação fixados nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, conforme o caso.

§ 2º - No caso de despesas com pessoal, desde que não configurem geração de despesa obrigatória de caráter continuado, serão consideradas irrelevantes aquelas cujo montante, no exercício de 2025, em cada evento, não exceda a 20 (vinte) vezes o menor padrão de vencimentos.

Art. 17 - A compensação de que trata o art. 17, § 2º, da LC nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no inciso V do § 2º do art. 4º, da referida Lei, desde que observados:

I - o limite das respectivas dotações constantes da Lei Orçamentária de 2024 e de créditos adicionais;

II - os limites estabelecidos nos arts. 20, inciso III, e 22, parágrafo único, da LC nº 101/2000, no caso das despesas com pessoal; e

III - se houver, o valor da margem líquida de expansão prevista no demonstrativo de que trata o art. 2º, VIII, dessa Lei.

Art. 18 - Enquanto o Município não dispuser de um Sistema de Informação de Custos na forma estabelecida pela Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 16.11, aprovada pela Resolução nº 1.366, de 25 de novembro de 2011, do Conselho Federal de Contabilidade, o controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o art. 50, § 3º, da LC nº 101/2000, deverá, no mínimo, evidenciar, em relatórios gerenciais e demais relatórios auxiliares os gastos das obras e dos serviços públicos, tais como:

I - dos programas e das ações previsto no Plano Plurianual;

II - do m² das construções e do m² das pavimentações;

III - do custo aluno/ano da educação infantil e do ensino fundamental, do custo aluno/ano do transporte escolar e do custo aluno/ano com merenda escolar;

IV - do custo da destinação final da tonelada de lixo;

V - do custo do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

§ 1º - O controle de custos de que trata o caput será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

§ 2º - Os custos serão apurados e avaliados através das operações orçamentárias, tomando-se por base, a comparação entre as despesas autorizadas e liquidadas, bem como a comparação entre as metas físicas previstas e as realizadas.

§ 3º - Os relatórios referidos no caput deverão ser disponibilizados em meio eletrônico de acesso ao público, em até 30 (trinta) dias contados da data de sua emissão.

Art. 19 - As metas fiscais de receitas, despesas e resultado primário, estabelecidas no demonstrativo de que trata o inciso I do art. 2º, serão desdobradas em metas quadrimestrais para fins de avaliação em audiência pública na Câmara Municipal até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar os gastos e também o cumprimento das metas físicas estabelecidas.

§ 1º - Para fins de realização da audiência pública prevista *caput*, e em conformidade com o art. 9º, § 4º, da LC nº 101/2000, o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, até 10 (dez) dias antes da

audiência, relatório de avaliação do cumprimento das metas fiscais, com as justificativas de eventuais desvios e indicação das medidas corretivas adotadas.

§ 2º - Compete ao Poder Legislativo Municipal, mediante prévio agendamento com o Poder Executivo, convocar e coordenar a realização das audiências públicas referidas no *caput*.

Seção II

Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 20 - O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e contará, entre outros, com recursos provenientes:

I - do produto da arrecadação de impostos e transferências constitucionais vinculados às ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

II - das contribuições para o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Municipais, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários do Município;

III - do Orçamento Fiscal;

IV - das demais receitas cujas despesas integram, exclusivamente, o orçamento referido no *caput* deste artigo.

§ 1º - As receitas de que trata os incisos I, II e IV deste artigo deverão ser classificadas como receitas da seguridade social;

§ 2º - O orçamento da seguridade social será evidenciado na forma do demonstrativo previsto no art. 8º, § 1º, inciso IV, desta Lei.

Seção III

Das Disposições sobre a Programação e Execução Orçamentária e Financeira

Art. 21 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, através de Decreto, em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para todas as Unidades Orçamentárias, considerando, nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer equilíbrio.

§ 1º - O ato referido no *caput* deste artigo e os que o modificarem conterà:

I - metas quadrimestrais para o resultado primário, que servirão de parâmetro para a avaliação de que trata o art. 9º, § 4º da LC nº 101/2000;

II - metas bimestrais de realização de receitas primárias, em atendimento ao art. 13 da LC nº 101/2000, discriminadas, no mínimo, por origem, identificando-se separadamente, quando cabível, as medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal e da cobrança da dívida ativa;

III - cronograma de desembolso mensal de despesas, por órgão e unidade orçamentária.

§ 2º - Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, o cronograma de desembolso do Poder Legislativo terá, como referencial, o repasse previsto no art. 168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos.

Art. 22 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observadas as respectivas fontes de recursos, nas seguintes despesas:

I - contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias, como transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;

V - diárias de viagem;

VI - horas extras.

§ 1º - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2024, observada a vinculação de recursos.

§ 2º - Não serão objeto de limitação de empenho:

I - despesas relacionadas com vinculações constitucionais e legais, nos termos do § 2º do art. 9º da LC nº 101/2000 e do art. 28 da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

II - as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pequeno valor;

III - as despesas fixas e obrigatórias com pessoal e encargos sociais; e

IV - as despesas financiadas com recursos de Transferências Voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito e Alienação de bens, observado o disposto no art. 24 desta Lei.

§ 3º - Na hipótese de ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Câmara Municipal o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 4º - Os Chefes do Poder Executivo e do Poder Legislativo deverão divulgar, em ato próprio, os ajustes processados, que será discriminado, no mínimo por unidade orçamentária.

§ 5º - Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição se fará obedecendo ao disposto no art. 9º, § 1º, da LC nº 101/2000.

§ 6º - Na ocorrência de calamidade pública, reconhecida na forma da lei, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do art. 65 da LC nº 101/2000.

Art. 23 - O repasse financeiro da cota destinada ao atendimento das despesas do Poder Legislativo, obedecida a programação financeira, será repassado até o dia 20 de cada mês, mediante depósito em conta bancária específica, indicada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

§ 1º - Os rendimentos das aplicações financeiras e outros ingressos orçamentários que venham a ser arrecadados através do Poder Legislativo, serão contabilizados como receita pelo Poder Executivo, tendo como contrapartida o repasse referido no *caput* deste artigo.

§ 2º - Ao final do exercício financeiro de 2025, o saldo de recursos financeiros porventura existentes na Câmara, será devolvido ao Poder Executivo, livre de quaisquer vinculações, deduzidos os valores correspondentes ao saldo das obrigações a pagar, nelas incluídos os restos a pagar do Poder Legislativo;

§ 3º - O eventual saldo de recursos financeiros que não for devolvido no prazo estabelecido no parágrafo anterior, será devidamente registrado na contabilidade e considerado como antecipação de repasse do exercício financeiro de 2026.

Art. 24 - Os projetos, atividades e operações especiais previstos na Lei Orçamentária, ou em seus créditos adicionais, que dependam de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos vinculados, só serão movimentados, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado, ainda, o montante ingressado ou garantido.

§ 1º - Para fins disposto no caput, no caso dos recursos de transferências voluntárias e de operações de crédito, considerar-se-á garantido o ingresso no fluxo de caixa, a partir da assinatura do respectivo convênio, contrato ou instrumento congênere, bem como na assinatura dos correspondentes aditamentos de valor, não se confundindo com as liberações financeiras de recursos, que devem obedecer ao cronograma de desembolso previsto nos respectivos instrumentos.

§ 2º - A execução das Receitas e das Despesas identificará com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma a permitir o adequado controle da execução dos recursos mencionados no caput deste artigo.

Art. 25 - A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

§ 1º - A contabilidade registrará todos os atos e os fatos relativos à gestão orçamentário-financeira, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no caput deste artigo.

§ 2º - A realização de atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, após 31 de dezembro de 2025, relativos ao exercício findo, não será permitida, exceto ajustes para fins de elaboração das demonstrações contábeis, os quais deverão ocorrer até o trigésimo dia de seu encerramento.

Art. 26 - Para efeito do disposto no § 1º do art. 1º e do art. 42 da LC nº 101/2000, considera-se contraída a obrigação, e exigível o empenho da despesa correspondente, no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

Parágrafo Único - No caso de despesas relativas às obras e prestação de serviços, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Seção IV

Das Diretrizes sobre Alterações da Lei Orçamentária

Art. 27 - A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º, da Lei Federal nº 4.320/1964, será realizada por fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais, conforme exigência contida no art. 8º, parágrafo único, da LC nº 101/2000.

§ 2º - Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e indiquem, quando for o caso, as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivas metas.

§ 3º - Os recursos alocados na Lei Orçamentária de 2025 para pagamento de precatórios somente poderão ser cancelados para a abertura de créditos suplementares ou especiais para finalidades diversas mediante autorização legislativa específica.

§ 4º - Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação ou à conta de receitas não previstas no orçamento, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes na Lei Orçamentária, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§ 5º - Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2024, por fonte de recursos;

II - créditos especiais e extraordinários reabertos no exercício de 2025;

III - valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação;

IV - saldo do superávit financeiro, por fonte de recursos.

§ 6º - Considera-se superávit financeiro do exercício anterior, para fins do § 2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, de 17 (dezesete) de março de 1964, os recursos que forem disponibilizados a partir do cancelamento de restos a pagar durante o exercício de 2023, obedecida a fonte de recursos correspondente.

§ 7º - Os projetos de lei relativos a créditos suplementares ou especiais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicação de recursos de redução de dotações do próprio poder, serão encaminhados à Câmara Municipal no prazo de até 20 (dias) dias, a contar do recebimento da solicitação.

§ 8º - As solicitações de que trata o § 7º serão acompanhadas da exposição de motivos de que trata o § 2º deste artigo.

Art. 28 - No âmbito do Poder Legislativo, a abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2024, com indicação de recursos compensatórios do próprio órgão, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, de 17 (dezesete) de março de 1964, proceder-se-á por ato do Presidente da Câmara dos Vereadores.

Art. 29 - A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art.167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada, quando necessária, até 30 de setembro de 2024.

Art. 30 - O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2025 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definido na Lei Orçamentária.

Parágrafo Único - A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

Art. 31 - As fontes de recursos e as modalidades de aplicação da despesa, aprovadas na lei orçamentária, e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução, por meio de decreto do Poder Executivo, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através da fonte de recursos e/ou modalidade prevista na lei orçamentária e em seus créditos adicionais.

Seção V
Da Destinação de Recursos Públicos a Pessoas Físicas e Jurídicas

Subseção I
Das Subvenções Econômicas

Art. 32 - A destinação de recursos para equalização de encargos financeiros ou de preços, o pagamento de bonificações a produtores rurais e a ajuda financeira, a qualquer título, a entidades privadas com fins lucrativos, poderá ocorrer desde que atendido o disposto nos artigos 26, 27 e 28 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º - Em atendimento ao disposto no art. 19 da Lei Federal nº 4.320/1964, a destinação de recursos às entidades privadas com fins lucrativos de que trata o *caput* somente poderá ocorrer por meio de subvenções econômicas, sendo vedada a transferência a título de contribuições ou auxílios para despesas de capital.

§ 2º - As transferências a entidades privadas com fins lucrativos de que trata o “caput” deste artigo, serão executadas na modalidade de aplicação “60 – Transferências a Instituições Privadas com fins lucrativos” e no elemento de despesa “45 – Subvenções Econômicas”.

Art. 33 - No caso das pessoas físicas, a ajuda financeira referida art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 será efetivada exclusivamente por meio de programas instituídos nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, desporto, geração de trabalho e renda, agricultura e política habitacional, nos termos da legislação específica.

Subseção II
Das Subvenções Sociais

Art. 34 - A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos dos arts. 12, § 3º, I, 16 e 17 da Lei Federal nº 4.320/1964, atenderá às entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação.

Subseção III
Das Contribuições Correntes e de Capital

Art. 35 - A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que preencham uma das seguintes condições:

I - estejam autorizadas em lei que identifique expressamente a entidade beneficiária;

II - estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária de 2024; ou

III - sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de atividades ou projetos que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual.

Parágrafo Único - No caso dos incisos I e II do *caput*, a transferência dependerá da formalização do ajuste, observadas as exigências legais aplicáveis à espécie.

Art. 36 - A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior de que trata o art. 12, § 6º, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Subseção IV Dos Auxílios

Art. 37 - A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320/1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação básica;

II - para o desenvolvimento de programas voltados a manutenção e preservação do Meio Ambiente;

III - voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas por entidades sem fins lucrativos que sejam certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de saúde;

IV - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com termo de parceria firmada com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei Federal nº 9.790/1999, e que participem da execução de programas constantes no plano plurianual, devendo a destinação de recursos guardar conformidade com os objetivos sociais da entidade;

V - qualificadas como Organizações Sociais - OS, com contrato de gestão celebrado com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei Federal nº 9.637/1998, para fomento e execução de atividades dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, de acordo com o

programa de trabalho proposto, as metas a serem atingidas e os prazos de execução previstos;

VI - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a formação e capacitação de atletas;

VII - destinada a atender, assegurar e a promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua habilitação, reabilitação e integração social e cidadania, nos termos da Lei nº 13.146/2015;

VIII - constituídas sob a forma de associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas em situação de risco social, reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis e/ou reutilizáveis, cujas ações estejam contempladas no Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, de que trata a Lei nº 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.404/2010; e

IX - voltadas ao atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social que:

a) se destinem a pessoas idosas, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social;

b) sejam voltadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, violação de direito ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda.

§ 1º - No caso do inciso I, a transferência de recursos públicos deve ser obrigatoriamente justificada e vinculada ao plano de expansão da oferta pública na respectiva etapa e modalidade de educação.

§ 2º - No caso do inciso IV, as transferências serão efetuadas por meio de termo de parceria, caso em que deverá ser observada a legislação específica pertinente a essas entidades e processo seletivo de ampla divulgação.

Subseção V Das Disposições Gerais

Art. 38 - Sem prejuízo das disposições contidas nos arts. 39, 40, 41 e 42 desta Lei, a transferência de recursos prevista na Lei Federal nº 4.320/1964, a entidade privada sem fins lucrativos, dependerá ainda de:

I - execução da despesa na modalidade de aplicação “50 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos” e nos elementos de despesa “41 - Contribuições”, “42 - Auxílio” ou “43 - Subvenções Sociais”;

II - estar regularmente constituída, assim considerado:

a) no mínimo 2 (dois) anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, admitida a redução deste prazo por autorização legislativa específica na hipótese de nenhuma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos atingi-lo;

b) tenha escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

III - ter apresentado as prestações de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e no convênio ou termo de parceria, contrato ou instrumento congêneres celebrados;

IV - inexistir prestação de contas rejeitada pela Administração Pública nos últimos cinco anos, exceto se a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo, for sanada a irregularidade ou quitados os débitos ou reconsiderada a decisão pela rejeição.

V - não ter como dirigente pessoa que:

a) seja membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

b) incida em quaisquer das hipóteses de inelegibilidade previstas no art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;

c) cujas contas relativas a convênios, termos de parcerias, contratos ou instrumentos congêneres tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

d) tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

e) tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

VI - formalização de processo administrativo, no qual fique demonstrado formalmente o cumprimento das exigências legais em razão do regime jurídico aplicável à espécie, além da emissão do parecer do órgão técnico da Administração Pública e da emissão de parecer jurídico do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da Administração Pública acerca da possibilidade de celebração da parceria.

Parágrafo Único - Caberá a Administração Pública verificar e declarar a implementação das condições previstas neste artigo e demais requisitos estabelecidos nesta seção, comunicando à Unidade Central de Controle Interno eventuais irregularidades verificadas.

Art. 39 - É necessária a contrapartida para as transferências previstas na forma dos artigos 39, 40, 41 e 42, que poderá ser atendida por meio de recursos financeiros ou de bens ou serviços economicamente mensuráveis, cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no termo de colaboração ou de fomento.

Art. 40 - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, sujeitar-se-ão à fiscalização da Administração Pública e dos conselhos de políticas públicas setoriais, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Parágrafo Único - Enquanto vigentes os respectivos convênios, termos de parceria, contratos ou instrumentos congêneres, o Poder Executivo deverá divulgar e manter atualizadas na internet relação das entidades privadas beneficiadas com recursos de subvenções, contribuições e auxílios, contendo, pelo menos:

I - nome e CNPJ da entidade;

II - nome, função e CPF dos dirigentes;

III - área de atuação;

IV - endereço da sede;

V - data, objeto, valor e número do convênio, termo de parceria, contrato ou instrumento congênere;

VI - valores transferidos e respectivas datas.

Art. 41 - Não serão consideradas subvenções, auxílios ou contribuições, o rateio das despesas decorrentes da participação do Município em Consórcios Públicos instituído nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005.

Art. 42 - As transferências de recursos de que trata esta Seção serão feitas por intermédio de instituição financeira oficial determinada pela Administração Pública, devendo a nota de empenho ser emitida até a data da assinatura do respectivo convênio, termo de parceria, ajuste ou instrumento congênere, observado o princípio da competência da despesa, previsto no art. 50, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 43 - Toda movimentação de recursos relativos às subvenções, contribuições e auxílios de que trata esta Seção, por parte das entidades beneficiárias, somente será realizada observando-se os seguintes preceitos:

I - depósito e movimentação em conta bancária específica para cada instrumento de transferência;

II - desembolsos mediante documento bancário, por meio do qual se faça crédito na conta bancária de titularidade do fornecedor ou prestador de serviços.

Parágrafo Único - Em sendo formalmente demonstrada a impossibilidade de pagamento de fornecedores ou prestadores de serviços mediante transferência bancária, o convênio, o termo de parceria, o ajuste ou instrumento congênere poderá admitir a realização de pagamento em espécie, desde que a relação de tais pagamentos conste no plano de trabalho e os recibos ou documentos fiscais pertinentes identifiquem adequadamente os credores.

Seção VI

Dos Empréstimos, Financiamentos e Refinanciamentos

Art. 44 - Observado o disposto no art. 27 da LC nº 101/2000, a concessão de empréstimos e financiamentos destinados a pessoas físicas e jurídicas fica condicionada ao pagamento de juros não inferiores a 6% (seis por cento) ao ano, ou ao custo de captação e também às seguintes exigências:

I - concessão através de fundo rotativo ou programa governamental específico;

II - pré-seleção e aprovação dos beneficiários pelo Poder Público;

III - formalização de contrato;

IV - assunção, pelo mutuário, dos encargos financeiros, eventuais comissões, taxas e outras despesas cobradas pelo agente financeiro, quando for o caso.

§ 1º - Através de lei específica, poderá ser concedido subsídio para o pagamento dos empréstimos e financiamentos de que trata o *caput* deste artigo;

§ 2º - As prorrogações e composições de dívidas decorrentes de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos com recursos do Município dependem de autorização expressa em lei específica.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 45 - A lei orçamentária anual garantirá recursos para pagamento da dívida pública municipal, nos termos dos compromissos firmados, inclusive com a previdência social.

Art. 46 - O projeto de Lei Orçamentária somente poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito já contratadas ou autorizadas pelo Ministério da Fazenda, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III, da Constituição Federal e em Resolução do Senado Federal.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 47 - No exercício de 2025, as despesas globais com pessoal e encargos sociais do Município, dos Poderes Executivo e Legislativo, compreendidas as entidades mencionadas no art. 10 dessa Lei, deverão obedecer às disposições da LC nº 101/2000.

§ 1º - Os Poderes Executivo e Legislativo terão como base de projeção de suas propostas orçamentárias, relativo à pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento do mês de julho de 2024, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais, inclusive a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, o crescimento vegetativo, e o disposto no art. 50 desta Lei.

§ 2º - A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais e do subsídio de que trata o § 4º do art. 39 da Constituição Federal, levará em conta, tanto quanto possível, a variação do poder aquisitivo da moeda nacional, segundo índices oficiais.

Art. 48 - Para fins dos limites previstos no art. 19, inciso III, alíneas “a” e “b” da LC nº 101/2000, o cálculo das despesas com pessoal dos poderes executivo e legislativo deverá observar as prescrições da Instrução

Normativa nº 18, de 22 de dezembro de 2015, do Tribunal de Contas do Estado, ou a norma que lhe for superveniente.

Art. 49 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 39, § 6º da Constituição Federal, até 30 dias antes do prazo previsto para envio do Projeto de Lei Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo publicará os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

Parágrafo Único - O Poder Legislativo observará o cumprimento do disposto neste artigo, mediante ato da mesa diretora da Câmara Municipal.

Art. 50 - O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de quaisquer das medidas relacionadas no artigo 169, § 1º, da Constituição Federal, desde que observada a legislação vigente, respeitados os limites previstos nos artigos 20 e 22, parágrafo único, da LC nº 101/2000, e cumpridas as exigências previstas nos artigos 16 e 17 do referido diploma legal, fica autorizado para:

- I - conceder vantagens e aumentar a remuneração de servidores;
- II - criar e extinguir cargos públicos e alterar a estrutura de carreiras;
- III - prover cargos efetivos, mediante concurso público, bem como efetuar contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, respeitada a legislação municipal vigente;
- IV - prover cargos em comissão e funções de confiança;
- V - melhorar a qualidade do serviço público mediante a valorização do servidor municipal, reconhecendo a função social do seu trabalho;
- VI - proporcionar o desenvolvimento profissional de servidores municipais, mediante a realização de programas de treinamento;
- VII - proporcionar o desenvolvimento pessoal dos servidores municipais, mediante a realização de programas informativos, educativos e culturais;
- VIII - melhorar as condições de trabalho, equipamentos e infraestrutura, especialmente no que concerne à saúde, alimentação, transporte, segurança no trabalho e justa remuneração.

§ 1º - No caso dos incisos I, II, III e IV além dos requisitos estabelecidos no *caput* deste artigo, os projetos de lei deverão demonstrar,

em sua exposição de motivos, para os efeitos dos artigos 16 e 17 da LC nº 101/2000, as seguintes informações:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subsequentes, especificando-se os valores a serem acrescidos e o seu acréscimo percentual em relação à Receita Corrente Líquida estimada;

II - declaração do ordenador de despesas de que há adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com esta Lei e com o Plano Plurianual, devendo ser indicadas as naturezas das despesas e os programas de trabalho da Lei Orçamentária Anual que contenha as dotações orçamentárias, detalhando os valores já utilizados e os saldos remanescentes.

§ 2º - No caso de provimento de cargos, salvo quando ocorrer dentro de 6 (seis) meses da sua criação, a estimativa do impacto orçamentário e financeiro deverá instruir o expediente administrativo correspondente, juntamente com a declaração do ordenador da despesa, de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária anual, exigência essa a ser cumprida nos demais atos de contratação.

§ 3º - No caso de aumento de despesas com pessoal do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 4º - Ficam dispensados, da estimativa de impacto orçamentário e financeiro, atos de concessão de vantagens já previstas na legislação pertinente, de caráter meramente declaratório.

Art. 51 - Quando a despesa com pessoal houver ultrapassado 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, a contratação de horas-extras somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de situações emergenciais, de risco ou prejuízo para a população, tais como:

I - as situações de emergência ou de calamidade pública;

II - as situações de risco iminente à segurança de pessoas ou bens;

III - a relação custo-benefício se revelar mais favorável em relação a outra alternativa possível.

Parágrafo Único - A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas neste artigo, é de exclusiva competência do Prefeito Municipal.

CAPÍTULO VIII

DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 52 - As receitas serão estimadas e discriminadas:

I - considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal;

II - considerando, se for o caso, os efeitos das alterações na legislação tributária, resultantes de projetos de lei encaminhados à Câmara Municipal até a data de apresentação da proposta orçamentária de 2025, especialmente sobre:

- a) atualização da planta genérica de valores do Município;
- b) revisão, atualização ou adequação da legislação sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;
- c) revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- d) revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- e) revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- f) instituição de novas taxas pela prestação de serviços públicos e pelo exercício do poder de polícia;
- g) revisão das isenções tributárias, para atender ao interesse público e à justiça social;
- h) revisão das contribuições sociais, destinadas à seguridade social, cuja necessidade tenha sido evidenciada através de cálculo atuarial;
- i) demais incentivos e benefícios fiscais.

Art. 53 - Caso não sejam aprovadas as modificações referidas no inciso II do art. 52, ou essas o sejam parcialmente, de forma a impedir a integralização dos recursos estimados, o Poder Executivo providenciará, conforme o caso, os ajustes necessários na programação da despesa, mediante Decreto.

Art. 54 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária ou não tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e

renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder remissão e anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita.

§ 1º - A concessão ou ampliação de incentivo fiscal de natureza tributária ou não tributária, não considerado na estimativa da receita orçamentária, dependerá da realização do estudo do seu impacto orçamentário e financeiro e somente entrará em vigor se adotadas, conjunta ou isoladamente, as seguintes medidas de compensação:

a) aumento de receita proveniente de elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;

b) cancelamento, durante o período em que vigorar o benefício, de despesas em valor equivalente.

§ 2º - Em 2025, poderá ser considerado como aumento permanente de receita, para efeito do disposto neste artigo, o acréscimo que for observado na arrecadação dos tributos que são objeto de transferência constitucional, com base nos artigos 157 e 158 da Constituição Federal, em percentual que supere a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 3º - Não se sujeita às regras do §1º a homologação de pedidos de isenção, remissão ou anistia apresentados com base na legislação municipal preexistente.

Art. 55 - Conforme permissivo do art. 172, inciso III, da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional, e o inciso II, do § 3º do art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000, os créditos tributários lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 56 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 62 da LC nº 101/2000, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, ajustes e/ou contratos, para o custeio de despesas de competência da União e/ou Estado, exclusivamente para o atendimento de programas de segurança pública, justiça eleitoral, fiscalização sanitária, tributária e ambiental, educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, meio ambiente,

alistamento militar ou a execução de projetos específicos de desenvolvimento econômico-social.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária anual, ou seus créditos adicionais, deverão contemplar recursos orçamentários suficientes para o atendimento das despesas de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 57 - As emendas ao projeto de lei orçamentária ou aos projetos de lei que a modifiquem deverão ser compatíveis com os programas e objetivos da Lei nº 1.546/17, do Plano Plurianual 2022/2025 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.

§ 1º - Não serão admitidas, com a ressalva do inciso III do § 3º do art. 166 da Constituição Federal, as emendas que incidam sobre:

- a) pessoal e encargos sociais; e
- b) serviço da dívida.

§ 2º - Também não serão admitidas as emendas que acarretem a alteração dos limites constitucionais previstos para os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino e com as ações e serviços públicos de saúde.

§ 3º - As emendas ao projeto de lei de orçamento anual deverão preservar, ainda, a prioridade das dotações destinadas ao pagamento de sentenças judiciais e outras despesas obrigatórias, assim entendidas aquelas com legislação ou norma específica; despesas financiadas com recursos vinculados e recursos para compor a contrapartida municipal de operações de crédito.

§ 4º - as emendas que adicionarem recursos a título de subvenções, auxílios e contribuições a serem realizadas pelo Município, somente serão executadas se a entidade beneficiada atender, no que couber, as disposições da Seção V desta Lei.

§ 5º - Para fins do disposto no art. 166, § 8º, da Constituição Federal, serão levados à reserva de contingência referida no inciso I do art. 14 os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto da Lei Orçamentária Anual de 2025, ficarem sem despesas correspondentes.

Art. 58 - Por meio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, o Poder Executivo deverá atender às solicitações encaminhadas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Municipal, relativas a informações quantitativas e qualitativas complementares julgadas necessárias à análise da proposta orçamentária.

Art. 59 - Em consonância com o que dispõe o § 5º do art. 166 da Constituição Federal e o art. 90 da Lei Orgânica Municipal, poderá o

Prefeito enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor modificações aos projetos de lei orçamentária enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 60 - Se o projeto de lei orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2024, sua programação poderá ser executada até a publicação da lei orçamentária respectiva, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a um doze avos das dotações para despesas correntes de atividades e um treze avos quando se tratar de despesas com pessoal e encargos sociais, constantes na proposta orçamentária.

§ 1º - Excetua-se do disposto no *caput* deste artigo as despesas correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos legalmente vinculados à educação, saúde e assistência social, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e a efetiva disponibilidade de recursos.

§ 2º - Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento.

§ 3º - Enquanto não aprovada a Lei Orçamentária de 2025, os valores consignados no respectivo Projeto de Lei poderão ser utilizados para demonstrar, quando exigível, a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

Art. 61 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, no local de costume, revogadas as eventuais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FLORIANO PEIXOTO,
RS, aos dezesseis dias do mês de setembro de 2024.

ORLEI GIARETTA,
Prefeito Municipal.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Em 16.09.24

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO.

JOÃO PEDRO FIORI,
Secretário Adjunto.

ANEXOS
LEI DE
DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS
LDO
2024-2025

ANEXOS PARA LDO - BASE PLANO PLURIANUAL 2022-2025

Tabela 1 - Receitas realizadas em 2022 e 2023, projetadas para o ano de 2024 e estimadas para o período de 2025 a 2028

	R\$ mil						
Ano	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
TOTAL GERAL DA RECEITA (C)=(A)+(B)	23.399.234	25.272.060	27.209.260	28.755.927	31.745.739	34.935.930	38.452.744
Receitas Correntes excluídas deduções Fundeb (A)	21.417.708	24.717.114	26.505.260	28.016.727	30.967.733	34.117.390	37.592.699
Receitas Tributárias	1.118.495	960.230	1.523.000	1.599.150	1.770.459	1.957.884	2.164.120
Impostos	952.730	817.869	1.178.000	1.236.900	1.369.403	1.514.371	1.673.889
IPTU	154.875	147.523	174.000	182.700	202.272	223.685	247.247
IRRF	311.087	344.260	350.000	367.500	406.868	449.940	497.336
ITBI	276.184	217.274	350.000	367.500	406.868	449.940	497.336
ISS	210.584	108.811	304.000	319.200	353.394	390.805	431.971
Taxas	128.505	105.942	155.000	162.750	180.185	199.259	220.249
Contribuição de Melhoria	-	-	140.000	147.000	162.747	179.976	198.934
Contribuição p/Custeio da Iluminação Pública	37.260	36.420	50.000	52.500	58.124	64.277	71.048
Receita de Contribuições	417.794	1.170.993	1.000.000	1.050.000	1.160.349	1.286.511	1.430.436
Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	404.105	1.170.993	400.000	420.000	497.589	589.288	696.957
Comp.Financ. entre Regimes Previdenciários				-	-	-	-
Contribuição para Custeio de Serv.Ilum.Pública	-	-	-	-	-	-	-
Outras Contribuições	13.689	-	600.000	630.000	662.760	697.224	733.479
Receita Patrimonial	3.806.868	3.927.822	2.552.763	2.588.633	2.824.303	3.082.344	3.372.686
Receita de Valores Mobiliários	3.761.968	3.887.705	2.533.763	2.568.600	2.803.228	3.060.173	3.349.362
Educação- Fundeb	3.416	5.648	2.500	2.625	2.865	3.127	3.423
Educação- outros vinculados	1.126	5.603	2.000	2.100	2.292	2.502	2.738
Saúde	42.568	51.076	4.000	4.200	4.584	5.004	5.477
Assistência social	3.946	7.837	2.500	2.625	2.865	3.127	3.423
Recursos Previdenciários	3.489.718	3.802.217	2.502.763	2.536.050	2.767.705	3.021.394	3.306.918
Outros Vinculados	35.122	51	10.000	10.500	11.459	12.509	13.692
Não Vinculados	186.072	15.273	10.000	10.500	11.459	12.509	13.692
Outras Receitas Patrimoniais	44.900	40.117	19.000	20.034	21.075	22.171	23.324
Receita Agropecuária	172.361	145.795	195.000	204.750	226.684	250.681	277.087
Receita Industrial	-						
Receita de Serviços	10.473	120.616	52.500	55.125	57.992	61.007	64.179
Serviços de Saúde	-	-	-	-	-	-	-

Outros Serviços	10.473	120.616	52.500	55.125	57.992	61.007	64.179
Transferências Correntes	20.745.574	22.301.782	25.306.497	26.571.822	29.431.708	32.460.570	35.792.431
Transf.Intergovernamentais	20.745.574	22.301.782	23.896.042	25.090.844	27.873.720	30.821.566	34.068.199
Transf.da União	15.601.542	16.320.554	18.654.042	19.586.744	21.759.149	24.060.336	26.594.765
Cota-parte do FPM	12.944.027	13.229.428	15.209.042	15.969.494	17.740.703	19.616.910	21.683.284
FPM - Cota Extra	1.092.366	1.309.531	1.375.000	1.443.750	1.603.879	1.773.501	1.960.315
Cota-parte do ITR	22.751	24.481	30.000	31.500	34.994	38.695	42.771
Transferência do Salário-Educação	69.274	79.527	100.000	105.000	116.646	128.982	142.568
Transf.Recursos do SUS	754.702	843.743	990.000	1.039.500	1.154.793	1.276.921	1.411.427
Transf.Recursos FNAS	189.331	149.383	200.000	210.000	233.292	257.964	285.137
Transf.Recursos FNDE	117.996	50.440	100.000	105.000	116.646	128.982	142.568
Transf.Financeira - LC nº 87/96	-	-	14.546	15.273	16.967	18.762	20.738
Naturais Transf.Compens.Financ.Explor.Rec.	311.033	282.451	300.000	315.000	349.937	386.946	427.705
Outras Transf.da União	100.062	351.571	335.454	352.227	391.293	432.675	478.251
Transf.dos Estados	4.195.895	4.956.076	4.642.000	4.874.100	5.414.696	5.987.339	6.618.024
Cota-parte do ICMS	3.443.136	3.659.151	4.000.000	4.200.000	4.665.830	5.159.276	5.702.735
Cota-parte do IPVA	282.342	276.842	250.000	262.500	291.614	322.455	356.421
Cota-parte do IPI-ex	33.999	36.090	40.000	42.000	46.658	51.593	57.027
Transf.Recursos do SUS	231.605	221.135	300.000	315.000	349.937	386.946	427.705
Transf.Cota-parte Comp.Fin.Explor.Rec.Natur	-	236.119	-	-	-	-	-
Transf.Cota-parte CIDE	5.875	1.178	12.000	12.600	13.997	15.478	17.108
Outras Transf.dos Estados	198.938	525.561	40.000	42.000	46.658	51.593	57.027
Transferências dos Municípios	-						
Transf.Recursos do SUS	-	-	-	-	-	-	-
Outras Transf.dos Municípios	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Multigovernamentais	948.137	1.025.152	600.000	630.000	699.875	773.891	855.410
Transf.Recursos do FUNDEB	948.137	1.025.152	600.000	630.000	699.875	773.891	855.410
Transf.Convênios União/Estados/Municípios	-	-	142.657	149.790	157.579	165.773	174.393
Convênios para Saúde	-	-	-	-	-	-	-
Convênios para Prog.Educação	-	-	135.657	142.440	149.847	157.639	165.836
Convênios para Prog.Assist.Social	-	-	7.000	7.350	7.732	8.134	8.557
Convênios para Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-
Convênios para Saneamento Básico	-	-	-	-	-	-	-
Outras Transf.Convênios	-	-	-	-	-	-	-
Outras Transf.Correntes	-	-	1.267.798	1.331.188	1.400.410	1.473.231	1.549.839
Outras Receitas Correntes	100.180	384.039	61.000	64.050	70.911	78.418	86.678

Multas e Juros de Mora (Origem em Impostos)	-		30.000	31.500	34.874	38.566	42.629
Multas e Juros de Mora Outras Origens	1.874		5.000	5.250	5.812	6.428	7.105
Receitas da Dívida Ativa (Origem em Impostos)	-	-	10.000	10.500	11.625	12.855	14.210
Receitas da Dívida Ativa Outras Origens	-	-	6.000	6.300	6.975	7.713	8.526
Receitas Correntes Diversas	98.306	384.039	10.000	10.500	11.625	12.855	14.210
Deduções da Receita	4.954.037	4.294.163	4.185.500	4.116.803	4.574.673	5.060.025	5.594.919
Deduções para o F U N D E B	3.326.149	3.493.940	4.174.000	4.104.153	4.559.353	5.041.538	5.572.595
Outras Deduções da Receita	1.627.888	800.223	11.500	12.650	15.319	18.488	22.324
Receitas de Capital (B)	1.368.995	554.946	4.000	4.200	4.418	4.648	4.890
Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	191	3.580	4.000	4.200	4.418	4.648	4.890
Amort. de Empréstimos/Financ.	-	-	-	-	-	-	-
Transf. de Capital	1.368.804	551.366	-	-	-	-	-
Transf. Intergovernamentais (exceto de convênios)	557.646	50.000	-	-	-	-	-
Transf.Convênios	811.158	501.366	-	-	-	-	-
Convênios para Saúde	706.700	304.800	-	-	-	-	-
Convênios para Prog.Educação				-	-	-	-
Convênios para Prog.Assist.Social				-	-	-	-
Convênios para Combate à Fome				-	-	-	-
Convênios para Saneamento Básico				-	-	-	-
Outras Transf.Convênios	104.458	196.566	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Receitas intraorçamentárias (C)	612.531	-	700.000	735.000	773.588	813.891	855.156

<p align="center">PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANO PEIXOTO RS. ANEXOS PAR LDO - BASE PLANO PLURIANUAL 2022-2025 Tabela 01-A – Receita Corrente Líquida realizada em 2022 e 2023, projetada para 2024 e estimada para o período de 2025 a 2028</p>							
ESPECIFICAÇÃO	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
I - RECEITAS CORRENTES(*)	26.371.745	29.011.277	30.690.760	32.133.530	35.542.406	39.177.416	43.187.618
Receita Tributária	1.118.495	960.230	1.523.000	1.599.150	1.770.459	1.957.884	2.164.120
IPTU	154.875	147.523	174.000	182.700	202.272	223.685	247.247
ISS	210.584	108.811	304.000	319.200	353.394	390.805	431.971
ITBI	276.184	217.274	350.000	367.500	406.868	449.940	497.336
Outras	476.852	486.622	695.000	729.750	807.924	893.453	987.566

Transferências Correntes	20.745.574	22.301.782	25.306.497	26.571.822	29.431.708	32.460.570	35.792.431
Cota-Parte do FPM	12.944.027	13.229.428	15.209.042	15.969.494	17.740.703	19.616.910	21.683.284
Cota-Parte do ICMS	3.443.136	3.659.151	4.000.000	4.200.000	4.665.830	5.159.276	5.702.735
Cota-Parte do IPVA	282.342	276.842	250.000	262.500	291.614	322.455	356.421
Transferência do FUNDEB	948.137	1.025.152	600.000	630.000	699.875	773.891	855.410
Outras Transferências	3.127.932	4.111.210	5.247.455	5.509.828	6.033.686	6.588.039	7.194.581
Demais Receitas Correntes	4.507.676	5.749.265	3.861.263	3.962.558	4.340.239	4.758.962	5.231.066
II - DEDUÇÕES	9.158.947	9.611.633	7.438.263	7.440.353	8.246.835	9.120.647	10.096.129
I R R F	311.087	344.260	350.000	367.500	406.868	449.940	497.336
Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	404.105	1.170.993	400.000	420.000	497.589	589.288	696.957
Compensação Financeira entre Regimes	-	-	-	-	-	-	-
Rendimentos de Aplicações (Rec.Previdenciários)	3.489.718	3.802.217	2.502.763	2.536.050	2.767.705	3.021.394	3.306.918
Deduções da Receita (Fundeb e Outras)	4.954.037	4.294.163	4.185.500	4.116.803	4.574.673	5.060.025	5.594.919
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	17.212.798	19.399.645	23.252.497	24.693.177	27.295.571	30.056.769	33.091.489

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANO PEIXOTO RS.							
ANEXOS PARA LDO - BASE PLANO PLURIANUAL 2022-2025							
Tabela 02 – Recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino em 2022 e 2023, projetado para 2024 e estimado para o período de 2025 a 2028							
							R\$ mil
DISCRIMINAÇÃO	VALOR						
RECEITA	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
IMPOSTOS PRÓPRIOS (A)	952.730	817.869	1.218.000	1.278.900	1.415.902	1.565.793	1.730.728
IPTU	154.875	147.523	174.000	182.700	202.272	223.685	247.247
IRRF	311.087	344.260	350.000	367.500	406.868	449.940	497.336
ITBI	276.184	217.274	350.000	367.500	406.868	449.940	497.336
ISS	210.584	108.811	304.000	319.200	353.394	390.805	431.971
Receita da Dívida Ativa, Multas e Juros de Mora (Origem em Impostos)	-	-	40.000	42.000	46.499	51.422	56.838
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO (B)	1.602.236	1.712.554	2.009.140	2.121.609	2.235.446	2.352.447	2.474.535
IPI-EX (Art.159, CF/1998)	33.999	36.090	40.000	42.000	46.658	51.593	57.027
IPVA (Art.158, CF/1998)	74.504	96.440	166.500	175.841	185.072	194.548	204.412
ICMS (Art.158, CF/1998)	1.493.733	1.580.024	1.802.640	1.903.768	2.003.716	2.106.306	2.213.096
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO (C)	14.059.144	14.563.439	16.628.588	17.460.017	19.396.543	21.447.867	23.707.108
Transferência Financeira LC nº 87/96	-	-	14.546	15.273	16.967	18.762	20.738
FPM (Art.159, CF/1998)	12.944.027	13.229.428	15.209.042	15.969.494	17.740.703	19.616.910	21.683.284
FPM - Cota Extra (Emenda Constitucional nº 55/2007)	1.092.366	1.309.531	1.375.000	1.443.750	1.603.879	1.773.501	1.960.315

ITR (Art.158, CF/1998)	22.751	24.481	30.000	31.500	34.994	38.695	42.771
TOTAL DAS RECEITAS P/FINS DO ART. 212 DA CF/88 (D)	16.614.110	17.093.862	19.855.728	20.860.526	23.047.891	25.366.106	27.912.371
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (E)	951.553	1.030.800	602.500	632.625	702.739	777.019	858.833
DEDUÇÕES PARA CONSTITUIÇÃO DO FUNDEB (F)	3.326.149	3.493.940	4.174.000	4.104.153	4.559.353	5.041.538	5.572.595
GANHO / PERDA COM O F U N D E B (G)	(2.374.596)	(2.463.140)	(3.571.500)	(3.471.528)	(3.856.614)	(4.264.519)	(4.713.762)
DESPESA (Recursos MDE e FUNDEB)							
Pessoal Ativo +Outras Desp de Pessoal Art.18 LRF+ Contr.Patronal (H)	1.517.286	1.432.076	1.384.396	1.384.396	1.640.144	1.942.399	2.297.295
Outras Despesas Correntes (I)	122.000	2.000	770.000	770.000	859.614	956.312	1.062.781
Investimentos/Inversões (J)	106.100	268.220	120.000	120.000	131.656	144.402	158.625
DESPESA COM MANUTENÇÃO DE ENSINO (K) = H+I+J (+/-) G	4.119.982	4.165.436	5.845.896	5.745.924	6.488.028	7.307.633	8.232.464
VALOR MÍNIMO (L) = 25% X [(D)] + (G)	1.778.931	1.810.326	1.392.432	1.743.603	1.905.359	2.077.007	2.264.331
Participação (M) = K / D	24,80%	24,37%	29,44%	27,54%	28,15%	28,81%	29,49%

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANO PEIXOTO RS.							
ANEXOS PARA LDO - BASE PLANO PLURIANUAL 2022-2025							
Tabela 03 – Recursos aplicados em Ações e Serviços Públicos de Saúde em 2022 e 2023, projetado para 2024 e estimado para o período de 2025 a 2028							
							R\$ mil
R E C E I T A S	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Receita Tributária (A)	952.730	817.869	1.218.000	1.278.900	1.415.902	1.565.793	1.730.728
IPTU	154.875	147.523	174.000	182.700	202.272	223.685	247.247
IRRF	311.087	344.260	350.000	367.500	406.868	449.940	497.336
ITBI	276.184	217.274	350.000	367.500	406.868	449.940	497.336
ISS	210.584	108.811	304.000	319.200	353.394	390.805	431.971
Receita da Dívida Ativa, Multas e Juros de Mora (Origem em Impostos)	-	-	40.000	42.000	46.499	51.422	56.838
Transferências Constitucionais (B)	16.726.255	17.225.992	19.543.588	20.520.767	22.796.767	25.207.689	27.862.976
FPM (Art.159, CF/1998)	12.944.027	13.229.428	15.209.042	15.969.494	17.740.703	19.616.910	21.683.284
ITR (Art.158, CF/1998)	22.751	24.481	30.000	31.500	34.994	38.695	42.771
IPI-EX (Art.159, CF/1998)	33.999	36.090	40.000	42.000	46.658	51.593	57.027
Transferência Financeira LC nº 87/96	-	-	14.546	15.273	16.967	18.762	20.738
IPVA (Art.158, CF/1998)	3.443.136	3.659.151	4.000.000	4.200.000	4.665.830	5.159.276	5.702.735
ICMS (Art.158, CF/1998)	282.342	276.842	250.000	262.500	291.614	322.455	356.421
Total das Receitas (C) = (A) + (B)	17.678.985	18.043.860	20.761.588	21.799.667	24.212.669	26.773.482	29.593.704
D E S P E S A S							
Pessoal Ativo +Outras Desp de Pessoal Art.18 LRF+ Contr.Patronal (D)	1.619.494	1.786.228	1.900.000	1.900.000	2.250.999	2.665.826	3.152.899

Outras Despesas Correntes (E)	560.000	640.000	750.000	750.000	837.287	931.473	1.035.177
Investimentos/Inversões (F)	148.372	133.893	150.000	150.000	164.570	180.502	198.282
Total das Despesas (G) = (D) + (E) + (F)	2.327.866	2.560.121	2.800.000	2.800.000	3.252.855	3.777.801	4.386.357
Participação (H) = (G) / (C)	13,2%	14,2%	13,5%	12,8%	13,4%	14,1%	14,8%

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANO PEIXOTO RS.
ANEXOS PARA LDO - BASE PLANO PLURIANUAL 2022-2025**

Tabela 04 – Cálculo da previsão do limite de despesas do Poder Legislativo para o período de 2024 a 2028

RECEITA DO ANO ANTERIOR	ANO DA DESPESA					R\$ mil
	2024	2025	2026	2027	2028	
	Receita Tributária (A)	960.230	1.473.000	1.599.150	1.770.459	1.957.884
IPTU	147.523	174.000	182.700	202.272	223.685	
IRRF	344.260	350.000	367.500	406.868	449.940	
ITBI	217.274	350.000	367.500	406.868	449.940	
ISS	108.811	304.000	319.200	353.394	390.805	
TAXAS	105.942	155.000	162.750	180.185	199.259	
Contribuição de Melhoria	-	140.000	147.000	162.747	179.976	
Contribuição p/Custeio de Iluminação Pública	36.420		52.500	58.124	64.277	
Transferências Constitucionais (B)	18.535.522	20.918.588	21.964.517	24.400.646	26.981.190	
FPM (Art.159, CF/1998)	13.229.428	15.209.042	15.969.494	17.740.703	19.616.910	
FPM Cota Extra (Emenda Constitucional nº 55/2007)	1.309.531	1.375.000	1.443.750	1.603.879	1.773.501	
ITR (Art.158, CF/1998)	24.481	30.000	31.500	34.994	38.695	
IPI-EX (Art.159, CF/1998)	36.090	40.000	42.000	46.658	51.593	
Transferência Financeira LC nº 87/96	-	14.546	15.273	16.967	18.762	
IPVA (Art.158, CF/1998)	3.659.151	4.000.000	4.200.000	4.665.830	5.159.276	
ICMS (Art.158, CF/1998)	276.842	250.000	262.500	291.614	322.455	
Outras Receitas Correntes (C)	-	40.000	42.000	46.499	51.422	
Multas e Juros de Mora dos Tributos	-	30.000	31.500	34.874	38.566	
Receitas de Dívida Ativa Tributária	-	10.000	10.500	11.625	12.855	
TOTAL DA RECEITA DO ANO ANTERIOR (D) = (A) + (B) + (C)	19.495.752	22.431.588	23.605.667	26.217.604	28.990.495	
Percentual para cálculo*	7,0%					
Limite da despesa para o ano						
Legislativo Total (E) 7,0% de (D)	1.364.703	1.570.211	1.652.397	1.835.232	2.029.335	
Legislativo: Folha de Pagamento (E) = 70% (D)	955.292	1.099.148	1.156.678	1.284.663	1.420.534	
Despesa Prevista						
Legislativo Total	969.394	969.394	1.057.943	1.154.915	1.264.055	
Pessoal Ativo + Outras Desp. Pessoal	574.360	574.360	604.227	635.647	668.700	

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANO PEIXOTO RS.
ANEXOS PARA LDO - BASE PLANO PLURIANUAL 2022-2025**

Tabela 05 – Apuração dos gastos com pessoal do Poder Executivo e Legislativo ocorridos em 2022 e 2023, projetado para 2024 e estimado para o período de 2025 a 2028

	R\$ mil						
DESPESAS DE PESSOAL - PODER EXECUTIVO	DESPESAS LIQUIDADAS						
	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Pessoal Ativo+Outras Desp de Pessoal Art.18 LRF+ Contr.Patronal (A)	6.187.293	7.438.510	8.324.219	8.324.219	9.862.003	11.679.430	13.813.378
Pessoal Inativo e Pensionistas (B)	283.749	257.985	327.000	327.000	387.409	458.803	542.630
(-) Inativos com recursos vinculados (C)				-	-	-	-
(-) Outras despesas não Computadas (D)	702.000	665.000	10.000	10.000	10.520	11.067	11.643
(-) I R R F s/ Rendimentos do Trabalho Poder Executivo	0	0	0	-	-	-	-
DESPESA LÍQUIDA TOTAL (F) = (A+B)-(C+D+E)	5.769.042	7.031.495	8.641.219	8.641.219	10.238.891	12.127.166	14.344.366
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (F)	17.212.798	19.399.645	23.252.497	24.693.177	27.295.571	30.056.769	33.091.489
DESPESA LÍQUIDA TOTAL / RCL (G=E/F)	33,52%	36,25%	37,16%	34,99%	37,51%	40,35%	43,35%
DESPESAS DE PESSOAL - PODER LEGISLATIVO	DESPESAS LIQUIDADAS						
	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Pessoal Ativo+Outras Desp de Pessoal Art.18 LRF+ Contr.Patronal (A)	390.565	418.336	435.561	435.561	516.025	611.121	611.121
Pessoal Inativo e Pensionistas (B)			10.000	10.000	11.847	14.031	16.594
(-) Inativos com recursos vinculados (C)				-	-	-	-
(-) Outras despesas não Computadas (D)	42.000	36.000	0	-	-	-	-
(-) I R R F s/ Rendimentos do Trabalho Poder Legislativo	0	0	0	-	-	-	-
DESPESA LÍQUIDA TOTAL (F) = (A+B)-(C+D+E)	348.565	382.336	445.561	445.561	527.872	625.152	627.715
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (F)	17.212.798	19.399.645	23.252.497	24.693.177	27.295.571	30.056.769	33.091.489
DESPESA LÍQUIDA TOTAL / RCL (G=E/F)	2,03%	1,97%	1,92%	1,80%	1,93%	2,08%	1,90%

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANO PEIXOTO RS.
ANEXOS PARA LDO - BASE PLANO PLURIANUAL 2022-2025**

Tabela 05-A – Estimativa dos gastos com pessoal por área, para o período de 2025 a 2028

	R\$ mil]			
	2025	2026	2027	2028
Despesa de Pessoal (F)= G+H	9.086.780	10.765.436	12.749.354	14.967.130
Pessoal Ativo +Outras Desp de Pessoal*+Contr.Patronal (G)	8.759.780	10.378.028	12.290.551	14.424.499
Saúde	1.900.000	2.250.999	2.665.826	3.152.899
Educação	1.384.396	1.640.144	1.942.399	2.297.295
Legislativo	574.360	604.227	635.647	668.700

Outros	4.901.024	5.882.658	7.046.680	8.305.606
Inativos, exclusive com recursos vinculados (H)	327.000	387.409	458.803	542.630
Inclui Outras Desp de Pessoal Art. 18 LRF e Outras Despesas não Computadas, Tabela V.				

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANO PEIXOTO RS.
ANEXOS PARA LDO - BASE PLANO PLURIANUAL 2022-2025**

Tabela 06 – Avaliação global dos recursos disponíveis para planejamento no período de 2024 a 2028

	2024	2025	2026	2027	2028
					R\$ mil
RECEITA TOTAL (A)	27.209.260	28.755.927	31.745.739	34.935.930	38.452.744
DESPESAS QUE NÃO INTEGRAM O PPA (B)	592.053	607.167	697.086	799.977	918.557
Serviço da Dívida	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Amortização	-	-	-	-	-
Outras Operações Especiais	592.053	607.167	697.086	799.977	918.557
Reserva de Contingência	-	-	-	-	-
PASEP	265.053	280.167	309.677	341.174	375.927
Inativos e Pensionistas	327.000	327.000	387.409	458.803	542.630
Demais Operações Especiais	-	-	-	-	-
DESPESAS QUE INTEGRAM O PPA (C) = D + E + F	26.617.207	28.148.759	31.048.653	34.135.953	37.534.187
Despesas Vinculadas/obrigações legais (D)	14.080.753	14.416.343	16.681.485	19.287.029	22.188.482
Despesas totais com serviços de saúde (C.F./88 - Art. 198)	2.800.000	2.800.000	3.252.855	3.777.801	4.386.357
Despesas totais com Educação (MDE e FUNDEB)	5.845.896	5.745.924	6.488.028	7.307.633	8.232.464
Despesas totais com o Poder Legislativo	969.394	969.394	1.057.943	1.154.915	1.264.055
Pessoal e Encargos (exceto Educação, Saúde e Câmara)	4.465.463	4.901.024	5.882.658	7.046.680	8.305.606
Outras Despesas com Rec. Vinculados (E)	1.851.157	1.943.715	2.150.173	2.368.820	2.609.220
Recursos da Contribuição p/Iluminação Pública (CIP)	-	-	-	-	-
Recursos do Salário Educação	100.000	105.000	116.646	128.982	142.568
Recursos do SUS (recebidos da União/Estado/Municípios)	1.290.000	1.354.500	1.504.730	1.663.866	1.839.132
Recursos do F N A S	202.500	212.625	236.156	261.091	288.560
Recursos do F N D E	100.000	105.000	116.646	128.982	142.568
Recursos da CIDE	12.000	12.600	13.997	15.478	17.108
Convênios com a União e Estado	142.657	149.790	157.579	165.773	174.393
Operações de Crédito e Alienação de Bens	4.000	4.200	4.418	4.648	4.890
Recursos Livres para Planejamento (F) = A - B - D - E	10.685.297	11.788.702	12.216.996	12.480.105	12.736.486

Análise atuarial e financeira

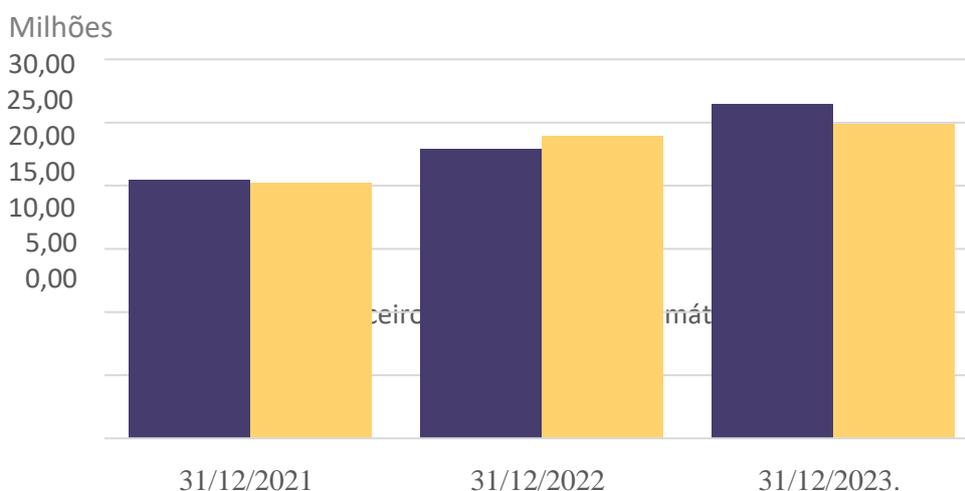
Em sequência, de forma comparativa aos exercícios anteriores, tem-se os seguintes resultados do Plano.

TABELA 12. Análise comparativa dos resultados com os últimos exercícios

Resultados	31/12/2021*	31/12/2022*	31/12/2023
Ativos Garantidores dos Compromissos (1)	R\$ 20.461.018,15	R\$ 22.870.352,36	R\$ 26.487.624,57
Créditos para Amortização de Déficit Atuarial – INTRA OFSS (2)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Provisões Matemáticas (3)	R\$ 20.178.122,22	R\$ 23.936.611,40	R\$ 24.862.616,07
(+) Benefícios Concedidos	R\$ 5.149.402,59	R\$ 5.882.037,88	R\$ 7.452.190,35
(+) Benefícios a Conceder	R\$ 15.028.719,63	R\$ 18.054.573,52	R\$ 17.410.425,72
Resultado Atuarial (4 = 1 + 2 - 3)	R\$ 282.895,93	-R\$ 1.066.259,04	R\$ 1.625.008,50
Índice de Cobertura das Provisões Matemáticas	101,40%	95,55%	106,54%

* Dados extraídos dos respectivos DRAA cadastrados no site do MPS.

GRÁFICO 1. Evolução anual do ativo líquido x provisões matemáticas



Pela análise do **Índice de Cobertura das Provisões Matemáticas (IC_{PM})** é possível aferir qual o comportamento das provisões matemáticas versus o do ativo do RPPS, identificando se o nível destas reservas está coberto pelo patrimônio garantidor (aplicações e investimentos) que o RPPS possui, historicamente. Logo, quanto mais próximo de 1,00 mais próximo do equilíbrio atuarial o RPPS estará.

Conclusivamente, é sempre recomendado que a evolução do **Índice de Cobertura das Provisões Matemáticas (IC_{PM})** seja, ano a ano, positiva, o que demonstraria, desta forma, que o plano de custeio aplicado está aderente e adequado ao crescimento das provisões matemáticas, bem como que o ativo do RPPS está igualmente crescendo de acordo com as projeções realizadas anteriormente.

Desse modo, analisando as três últimas avaliações atuariais realizadas, depreende-se que o **Índice de Cobertura das Provisões Matemáticas (IC_{PM})** deste FPS passou de 101,40% no exercício de 2021 para 95,55% no exercício de 2022 e, finalmente, para 106,54% no exercício de 2023, o que representa uma variação positiva de 5,13% neste período.

Ademais, em relação a cobertura das provisões matemáticas e considerando somente o patrimônio constituído como ativo, verifica-se a cobertura integral da reserva matemática de benefícios concedidos (aposentadorias e pensões) e da reserva matemática de benefícios a conceder (ativos), com um excedente de 9,33%

Estes índices denotam uma margem excelente de cobertura e devem ser analisados conjuntamente com os fluxos das projeções atuariais, de modo a se estabelecer uma maior segurança para os anos vindouros.

Em atendimento ao artigo 9º do Anexo VI da Portaria nº 1.467/2022, informa-se ainda o montante de R\$ 41.678.616,67 como sendo o valor atual das remunerações futuras – VARF, apuradas atuarialmente por meio de técnicas matemáticas convergentes com o método agregado (ortodoxo)¹, conforme já descrito no Capítulo 4 do presente relatório e em Nota Técnica Atuarial.

No mesmo sentido, para fins de atendimento da Portaria nº 1.467/2022 e com o objetivo de identificar os componentes do déficit técnico para auxiliar na análise atuarial, seguem demonstrados os encargos apurados separadamente para os benefícios concedidos até a promulgação da EC nº 20, de 15/12/1998 e após esta data.

TABELA 13. Encargos dos benefícios concedidos separados pela data de concessão

Categorias	Encargos dos benefícios concedidos		
	Até 15/12/98	Após 15/12/98	Total
Aposentadoria por tempo de contribuição, idade e compulsória	R\$ 0,00	R\$ 5.070.605,50	R\$ 5.070.605,50
Aposentadoria por invalidez	R\$ 0,00	R\$ 425.652,18	R\$ 425.652,18
Pensão por morte de ativo	R\$ 0,00	R\$ 922.434,91	R\$ 922.434,91
Pensão por morte de aposentado válido	R\$ 0,00	R\$ 645.358,47	R\$ 645.358,47
Pensão por morte de aposentado inválido	R\$ 0,00	R\$ 2.412,69	R\$ 2.412,69
Total	R\$ 0,00	R\$ 7.066.463,75	R\$ 7.066.463,75

Assim, em observância a tabela acima, verifica-se que não constam encargos com os benefícios concedidos até 15/12/1998.

No que se refere à compensação previdenciária (COMPREV) estimada, os valores correspondentes aos saldos apurados nas Avaliações Atuariais de 2021, 2022 e 2023 foram de R\$ 937.114,62, R\$ 268.732,85 e R\$ 229.322,22, respectivamente, conforme consta dos demonstrativos atuariais. Logo, verifica-se que o valor estimado de COMPREV se manteve em um patamar próximo ao que vinha sendo estimado nas avaliações atuariais anteriores.

No que ainda concerne as aplicações e recursos financeiros do Fundo em Capitalização, observa-se uma elevação na ordem de 15,82% em relação ao ano anterior, auxiliada em grande parte pela receita arrecadada das contribuições previdenciárias e pela rentabilidade da carteira de investimentos auferida pelo **FPS** no decorrer do ano de 2023, superior à meta atuarial.

Sabe-se que o retorno financeiro sobre o patrimônio constituído é fonte extremamente relevante no contexto atuarial, razão pela qual deve-se sempre buscar atingir a meta estipulada na política de investimento do RPPS, sob pena de que haja um descompasso entre a evolução do passivo atuarial e o patrimônio do Plano, podendo redundar em uma piora do resultado atuarial apurado.

Quanto ao passivo atuarial do **FPS**, dentre outros fatores abaixo relacionados, informa-se a adequação das tábuas biométricas e da taxa de juros, em conformidade com as exigências dispostas na Portaria nº 1.467/2022, cujos impactos seguem demonstrados no ANEXO 9 – *Ganhos e perdas atuariais*.

Depreendeu-se da análise da base de dados, que não houve ingresso de servidores ativos no ano de 2023, logo, não houve renovação do grupo de servidores

¹ Tendo em vista a metodologia de apuração do VASF, trata-se de valor considerado para apuração do Valor Atual das Contribuições Futuras (VACF) pelo método Agregado, com alíquotas vigentes (Ortodoxo), não devendo ser utilizado aos demais métodos tradicionais, em especial ao Crédito Unitário Projetado.

efetivos ativos. Entretanto, só no ano de 2023, foram concedidos 4 benefícios de aposentadoria e 1 benefício de pensão por morte. Cenário este que poderá implicar em uma relação negativa entre receitas e despesas previdenciárias do RPPS, caso se mantenha nos próximos anos.

Em complemento, verificou-se que apesar do incremento de 9,49% na remuneração média dos servidores ativos do Município, ocorreu uma redução de R\$ 644.147,80 na reserva matemática de benefícios a conceder (RMBaC) de um ano para o outro, devido às revisões realizadas nas hipóteses atuariais e aos servidores ativos que se inativaram ao longo do ano de 2023.

No que se refere aos inativos e pensionistas, observou-se uma elevação na reserva matemática de benefícios concedidos (RMBC) de R\$ 1.570.152,47, em sua grande parte, em razão da concessão de 4 benefícios de aposentadoria e 1 benefício de pensão por morte ao longo do ano de 2023 e do aumento no valor médio dos benefícios de aposentadoria em 6,40% e de pensão por morte em 7,44%, acarretando um aumento de R\$ 11.565,29 mensais na folha de benefícios do **FPS**,

Ante o exposto, o resultado apurado para a presente avaliação atuarial remontou a um **superávit atuarial no valor de R\$ 1.625.008,50**, considerado o aumento do ativo garantidor, o saldo da compensação previdenciária, às adequações procedidas às hipóteses atuariais e as variações e características da massa segurada.

Salienta-se, novamente, que o resultado de superávit advém exclusivamente da sobra de recursos próprios do RPPS quando comparados aos compromissos atuariais calculados, sem considerar a manutenção do plano de equacionamento de déficit, o que garante ao **FPS** o *status* de estar equilibrado atuarialmente, em conformidade com a previsão constitucional trazida pela EC nº 103/2019, em seu artigo 9º, §1º, já transcrita no relatório.

Em relação ao plano de custeio vigente, conforme informado pelo **FPS**, insta ressaltar a regularidade do repasse das contribuições normais no decorrer do exercício de fechamento.

Por fim, no que se refere à **situação financeira** do **FPS**, quando analisadas apenas as **contribuições normais patronal e dos servidores ativos e inativos** relativas ao mês correspondente a data base dos dados, depreende-se um superávit financeiro primário de R\$ 40.692,79 frente à despesa com os benefícios.

Atualmente o nível de sobra da receita representa **48,78%** da arrecadação total, sendo 51,22% desta consumidos pelos benefícios dos atuais inativos (aposentados e pensionistas), conforme dados que seguem.

TABELA 14. Situação financeira

Descrição	30/09/2023
Repasse patronal – custeio normal	R\$ 51.636,92
Repasse patronal – custeio suplementar	R\$ 0,00
Contribuição ativos	R\$ 31.789,11
Contribuição aposentados e pensionistas	R\$ 0,00
Receita total	R\$ 83.426,03
Despesas previdenciárias (benefícios)	R\$ 42.733,24
Sobra financeira	R\$ 40.692,79 (48,78% da receita total)
Relação (despesas / receita total)	51,22%

Destarte, alerta-se que a situação financeira constatada no **FPS**, não obstante permaneça superavitária, deve ser acompanhada, visando a capitalização de recursos suficientes para o pagamento dos benefícios.

Comportamento das receitas e despesas projetadas e executadas

Em complemento a análise da situação financeira e atuarial, apresenta-se a seguir o comportamento entre as receitas e despesas previdenciárias projetadas e aquelas auferidas pelo **FPS**, seguindo o modelo disposto no demonstrativo de resultados da avaliação atuarial – DRAA.

TABELA 15. Comportamento receitas e despesas projetadas e executadas

Descrição	Valores projetados	Valores executados
Base de cálculo da contribuição normal	R\$ 4.001.019,94	R\$ 4.526.974,12
BC - Contribuições dos Aposentados	R\$ 0,00	R\$ 0,00
BC - Contribuições dos Pensionistas	R\$ 0,00	R\$ 0,00
BC - Compensação Previdenciária a Receber	R\$ 41.394,25	R\$ 0,00
BaC - Contribuição do Ente	R\$ 618.760,78	R\$ 724.209,94
BaC - Contribuição dos Segurados Ativos	R\$ 332.844,53	R\$ 446.783,33
BaC - Contribuição dos Aposentados	R\$ 0,00	R\$ 0,00
BaC - Contribuição dos Pensionistas	R\$ 0,00	R\$ 0,00
BaC - Compensação Previdenciária a Receber	R\$ 18.985,50	R\$ 0,00
Plano de Amortização do Déficit Atuarial estabelecido em lei	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Parcelamentos de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outras Receitas	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total das receitas	R\$ 1.011.985,05	R\$ 1.170.993,27
BC - Encargos - Aposentadorias Programadas	R\$ 128.982,98	R\$ 433.837,08
BC - Encargos - Aposentadorias Especiais de Professores	R\$ 155.822,26	R\$ 0,00
BC - Encargos - Outras Aposentadorias Especiais	R\$ 0,00	R\$ 0,00
BC - Encargos - Aposentadorias por Invalidez	R\$ 30.729,65	R\$ 0,00
BC - Encargos - Pensões por Morte	R\$ 67.730,20	R\$ 66.256,50
BC - Encargos - Compensação Previdenciária a Pagar	R\$ 100.818,24	R\$ 83.016,77
BaC - Encargos - Aposentadorias Programadas	R\$ 48.384,70	R\$ 0,00
BaC - Encargos - Aposentadorias Especiais de Professores	R\$ 0,00	R\$ 0,00
BaC - Encargos - Outras Aposentadorias Especiais	R\$ 0,00	R\$ 0,00
BaC - Encargos - Aposentadorias por Invalidez	R\$ 6.868,50	R\$ 0,00
BaC - Encargos - Pensões por Morte de Servidores em Atividade	R\$ 12.498,97	R\$ 0,00
BaC - Encargos - Pensões por Morte de Aposentados	R\$ 2.041,38	R\$ 0,00
BaC - Encargos - Outros Benefícios e Auxílios	R\$ 0,00	R\$ 0,00
BaC - Encargos - Compensação Previdenciária a Pagar	R\$ 2.010,57	R\$ 0,00
Outras Despesas	R\$ 0,00	R\$ 9.964,64
Total das despesas	R\$ 555.887,46	R\$ 593.074,99
Insuficiência ou excedente financeiro	R\$ 456.097,59	R\$ 577.918,28

Assim, das informações constantes da tabela acima, observa-se que a receita projetada atuarialmente foi inferior a receita executada, em 13,58% e a despesa projetada atuarialmente foi inferior a despesa executada, em 6,27%, demonstrando uma coerência nos valores projetados atuarialmente, observada as bases de cálculo. Ademais, verifica-se um excedente financeiro tanto na projeção atuarial quanto no valor executado.

AÇÕES e OBJETIVOS - MANUTENÇÃO e INVESTIMENTO

01 – PODER LEGISLATIVO

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	1001	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente.	Adquirir Bens Permanentes para melhorar a funcionalidade legislativa, tendo melhor estrutura no atendimento a população.	
				2025
Total				92.000,00

01 -PODER LEGISLATIVO

ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2001	Manter as atividades legislativas da Câmara Municipal de Vereadores	Proporcionar condições financeiras e técnicas para que o Poder Legislativo possa atender suas funções com pessoal, aquisição de materiais e contratação de serviços adequados ao pleno funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores.	
				2025
Total				949.000,00

01 -PODER LEGISLATIVO

PUBLICIDADE OFICIAL

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2002	Divulgar os Atos e Atividades da Câmara Municipal.	Divulgar através da imprensa os trabalhos e as atividades desenvolvidas pela Câmara Municipal de Vereadores.	
				2025
Total				50.000,00

TOTAL:.....R\$ 1.091.000,00

02 - PODER EXECUTIVO – GABINETE PREFEITO MUNICIPAL**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES**

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	1002	Adquirir Equipamentos e Material Permanente para o Gabinete do Prefeito Municipal.	Adquirir Bens Permanentes para melhorar a funcionalidade do Gabinete do Prefeito Municipal, tais como: Computadores, Mobiliários em Geral, Veículo Leve e Equipamentos Elétricos e Eletrônicos.	
				2025
Total				10.000,00

02 -PODER EXECUTIVO – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**MAUNENÇÃO DO CIRAU E OUTROS CONSÓRCIOS PÚBLICOS**

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2081	Manter as atividades do Consórcio Intermunicipal Alto Uruguai – CIRAU e outros Consórcios Públicos.	Manter as despesas com mensalidades por adesão e participação em Consórcios Públicos.	
				2025
Total				15.000,00

02 -PODER EXECUTIVO – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**ATIVIDADES DO PODER EXECUTIVO**

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2003	Manter as atividades do Gabinete do Prefeito Municipal.	Manter as despesas com pessoal, realizando contratação de Assessoria de Imprensa e Jurídica, manutenção das atividades vinculadas a Consórcios Públicos, adquirindo materiais e contratando serviços para o pleno funcionamento do Gabinete do Prefeito, bem como divulgando os Atos do Poder Executivo Municipal.	
				2025
Total				810.000,00

02 -PODER EXECUTIVO – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**MAUNENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO**

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2127	Manter as atividades do Setor de Controle Interno.	Manter as despesas com pessoal e encargos sociais, aquisição de materiais e contratação de serviços de terceiros para manutenção das atividades do Controle Interno.	
				2025
Total				102.000,00

TOTAL:.....R\$ 937.000,00

03 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	1003	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente.	Adquirir Bens Permanentes, tais como: Mobiliário em Geral, Computadores e Periféricos e Aparelhos Elétricos e Eletrônicos e Veículo Leve para melhorar a funcionalidade da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, tendo melhor estrutura no atendimento a população. Implantação conjunta dos Sistemas de INTERNET e Sinal de TV Aberta nas Comunidades do Interior do Município	
				2025 50.000,00
Total				50.000,00

03 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

ATIVIDADES DA TESOUREARIA E CADASTRO IMOBILIÁRIO

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2004	Manter as atividades do Setor de Tesouraria e Cadastro Imobiliário, da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.	Manter as despesas de pessoal pertinentes a Tesouraria e Cadastro Imobiliário da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, adquirindo Material e contratação de Serviços.	
				2025 140.000,00
Total				140.000,00

03 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

ATIVIDADES DA CONTABILIDADE

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2005	Manter o Setor da Contabilidade junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.	Manter as despesas de pessoal e contratação de serviços de Assessoria Contábil, visando o perfeito registro de atos e fatos contábeis da municipalidade, adquirindo Material e contratação de Serviços.	
				2025 300.000,00
Total				300.000,00

03 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

MANTER AS ATIVIDADES DO SETOR TRIBUTÁRIO DO MINICÍPIO

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2006	Manter o Programa da Campanha de Promoção e Educação Tributária no Município.	Manter o Programa de Campanhas de Promoção e Educação Tributária no Município, visando a conscientização da População, para incentivar o aumento da Arrecadação de Impostos, distribuindo Prêmios e/ou Bônus aos participantes.	
				2025
Total				42.000,00

03 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

MANUTENÇÃO DO PRÉDIO DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	1004	Construção do Centro Administrativo Municipal.	Construir o prédio do Centro Administrativo Municipal, visando proporcionar a população melhores condições no atendimento do público em geral, agregando, dentro do possível, todas as Secretarias, Unidades, Departamentos, Setores e Câmara Municipal de Vereadores, com recursos próprios, contrapartida ou através de financiamento.	
				2025
Total				140.000,00

03 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

ATIVIDADES DA SECRETARIA

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2007	Manter as atividades da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.	Manter as despesas de pessoal, realizar novas contratações, adquirir materiais e contratar serviços, visando a manutenção da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento. Pagamento de Locação de Imóvel para Brigada Militar.	
				2025
Total				1.131.000,00

**03 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO**

DIVULGAÇÃO OFICIAL

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2008	Divulgação de Atos e Fatos da Municipalidade.	Contratar serviços visando a divulgação dos Atos e Fatos da Municipalidade, atendendo os Princípios Orçamentários, de acordo com a Constituição Federal, Estadual, Lei Orgânica, Lei 4320/64 e Lei de Responsabilidade Fiscal.	
				2025
				35.000,00
Total				35.000,00

**03 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO**

ATIVIDADES DOS RECURSOS HUMANOS

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2009	Manter as atividades do Setor dos Recursos Humanos, da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.	Manter as despesas de pessoal pertinentes aos Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.	
				2025
				55.000,00
Total				55.000,00

**03 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO**

ATIVIDADES DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2010	Manter o Setor de Encargos Especiais do Município.	Realizar o pagamento de Sentenças Judiciais, Precatórios e RPV's a credores, decorrentes de processos transitados em julgado, PASEP, Despesas de Exercícios Anteriores, Dividas Contratuais Internas e Externas.	
				2025
				370.000,00
Total				370.000,00

03 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

RECUPERAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL E FINANCEIRO/RPPS

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2080	Recuperação de Eventuais Passivos Atuarial e Financeiro do RPPS.	Suportar as despesas com eventuais Passivos atuariais e/ou Financeiros do RPPS.	
				2025
				1.000,00
Total				1.000,00

03 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

ATIVIDADES DO CONVÊNIO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS E DESASTRES

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2068	Recuperação de Eventuais Passivos Atuarial e Financeiro do RPPS.	Suportar as despesas com eventuais Passivos atuariais e/ou Financeiros do RPPS.	
				2025
				7.000,00
Total				7.000,00

03 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

PROGRAMA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – PROMUDES.

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	2098	Aquisição de Equipamentos e Material Permanentes e Imóveis, para ampliar as metas do PROMUDES.	Adquirir Equipamentos e Material Permanente, imóveis, materiais de consumo e contratar serviços, para a ampliação do programa PROMUDES, visando a instalação de Empresas dos Setores da Indústria, Comércio, Agro-Indústria e Serviços, bem como construção de Imóvel destinado a instalação destes Empreendimentos. Conceder Empréstimos, Financiamentos e Aluguéis para a instalação de novas Empresas no Município. Inclui a implantação da Sub Função "Turismo".	
				2025
				140.000,00
Total				195.000,00
Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2098	Manter as atividades do setor do PROMUDES.	Apoiar através dos incentivos materiais e financeiros projetos de empresas e pessoas físicas para a implantação e expansão do desenvolvimento econômico e social	
				2025
				55.000,00
Total				195.000,00

TOTAL:.....R\$ 2.466.000,00

04 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, VIAÇÃO E SANEAMENTO

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PERMANENTES.

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	1005	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente.	Aquisição de Veículos Leves e Pesados: 02 Caminhões; Maquinas Rodoviárias: 01 Retroescavadeira, 01 Motoniveladora e 01 Britador (Fixo ou Móvel), equipamentos de informática, comunicação, mobiliário em geral para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Obras Publicas, Viação e Saneamento, com recursos próprios ou em parceria com o Estado e a União.	
				2025
Total				140.000,00

04 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, VIAÇÃO E SANEAMENTO

ATIVIDADES DA SECRETARIA

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2011	Manter as atividades da Secretaria Municipal de Obras Publicas, Viação e Saneamento.	Manter as despesas de pessoal, adquirir materiais e contratar serviços visando a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Obras, bem como realizar os pagamentos das parcelas do Financiamento PROVIAS/FINAME, referente à aquisição do Trator de Esteiras.	
				2025
Total				1.574.000,00

04 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, VIAÇÃO E SANEAMENTO

MANUTENCAO DAS VIAS PÚBLICAS

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	1006	Manter as atividades de manutenção de Vias Publicas no Município.	Adquirir materiais, contratar serviços e Obras, para manutenção da Vias Publicas do Município. Aberturas de Estradas, Alargamento, Cascalhamento, Britagem, Colocação de Tubos, Bueiros, Detonações, Pontes e Pontilhões. Pavimentação de Vias próximas aos Centros Comunitários do Interior.	
				2025
Total				592.000,00
Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	1006	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente.	Adquirir materiais, contratar serviços e Obras, para manutenção da Vias Publicas do Município. Aberturas de Estradas, Alargamento, Cascalhamento, Britagem, Colocação de Tubos, Bueiros, Detonações, Construção de Pontes e Pontilhões. Pavimentação de Vias próximas aos Centros Comunitários do Interior.	
				2025
Total				140.000,00
Total				732.000,00

04 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, VIAÇÃO E SANEAMENTO

PROJETO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ÁREA URBANA

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	1007	Manutenção do Abastecimento de Água na Área Urbana do Município.	Adquirir materiais de consumo, elétricos, hidráulicos e outros e contratar serviços para a manutenção de Rede de Água na Área Urbana do Município.	
				2025
				195.000,00
Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	1007	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente.	Aquisição de materiais permanentes e realização de obras, para ampliação e melhoria da Rede de Água na Área Urbana do Município. Implantação de Programa de instalação de Cisternas nos Imóveis urbanos, para aproveitamento das águas das chuvas.	
				2025
				70.000,00
Total				265.000,00

04 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, VIAÇÃO E SANEAMENTO

PROJETO DA LIMPEZA URBANA

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	1008	Manutenção da Limpeza Urbana no Município.	Adquirir materiais e contratar serviços para a manutenção da Limpeza Urbana, Coleta, Transporte e Destinação Final do lixo doméstico municipal.	
				2025
				280.000,00
Total				280.000,00

04 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, VIAÇÃO E SANEAMENTO

PROJETO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	1009	Manter a Iluminação Pública Municipal.	Manter o fornecimento da Energia Elétrica para a Iluminação Pública, adquirir materiais e contratar serviços para a sua manutenção, utilizando recursos Livres, CIP, Estadual e Federal.	
				2025
				98.000,00
Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	1009	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para ampliar a Rede de Iluminação Pública Municipal.	Adquirir Materiais e contratar serviços para ampliação da Rede de Iluminação Pública do Município, especialmente nas Sedes das Comunidades do Interior.	
				2025
				28.000,00
Total				126.000,00

04 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, VIAÇÃO E SANEAMENTO

PROJETO DO SANEAMENTO BÁSICO URBANO

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	1010	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente, para manter os Serviços de Saneamento Básico Urbano no Município.	Adquirir materiais e contratar serviços para ampliar e melhorar o Saneamento Básico no Município.	
				2025
				15.000,00
Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	1010	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente, para manter os Serviços de Saneamento Básico Urbano no Município.	Adquirir materiais e contratar serviços para ampliar e melhorar o Saneamento Básico no Município.	
				2025
				30.000,00
Total				45.000,00

04 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, VIAÇÃO E SANEAMENTO

PROJETO DE REDES DE ÁGUA E POÇOS ARTESIANOS RURAIS

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O	1055	Manter e ampliar o Projeto de Construção e Reforma de Casas no Município.	Proporcionar Auxílios e Programas de Habitação as pessoas físicas, para construção ou reforma de Casas no Município, nos perímetros urbano e rural, com recursos Federais, Estaduais e Municipais.	
				2025
Total				10.000,00

04 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, VIAÇÃO E SANEAMENTO

PROJETO DA CONSTRUCAO E REFORMA DE CASAS

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	1012	Manter e ampliar o Projeto de Construção e Reforma de Casas no Município.	Proporcionar Auxílios e Programas de Habitação as pessoas físicas, para construção ou reforma de Casas no Município, nos perímetros urbano e rural, com recursos Federais, Estaduais e Municipais.	
				2025
Total				70.000,00

04 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, VIAÇÃO E SANEAMENTO

PROJETO DE CONSTRUCAO DE CASAS RURAIS

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	1057	Manter e ampliar o Projeto de Construção de Casas no Município.	Proporcionar Auxílios e Programas de Habitação as pessoas físicas, para construção ou reforma de Casas no Município, no perímetro rural, com recursos Federais, Estaduais e Municipais.	
				2025
Total				35.000,00

04 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, VIAÇÃO E SANEAMENTO

MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2110	Manutenção das Atividades do Departamento de Trânsito do Município.	Coordenar as ações relacionadas à Circulação Viária no âmbito Municipal; cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, em conformidade com o que dispõem os Códigos Nacional, Estadual e Municipal; fiscalizar, controlar obras e eventos ligados ao trânsito, implantar medidas propostas pela legislação, autuar, aplicar penalidades, credenciar serviços, arrecadar valores decorrentes das diversas atividades ligadas ao trânsito; integrar-se aos demais órgãos de trânsito.	
				2025
Total				15.000,00

04 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, VIAÇÃO E SANEAMENTO

ATIVIDADES DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - COMPDEC

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2115	Manutenção das Atividades do Fundo Especial para Proteção e Defesa Civil Municipal – FUNPDEC.	Captar e aplicar recursos financeiros que tenham finalidade de prover execuções de medidas de Defesa Civil, utilizando-se tanto dos recursos constantes do Orçamento Municipal quanto de recursos de Doações, Operações de Crédito e Aplicações Financeiras, transferências do Fundo Estadual e Nacional de Defesa Civil, termos de ajustamento de conduta do Ministério Público e outros recursos que lhe sejam destinados para a execução de ações preventivas e de anormalidade nas situações de Desastre, Emergência e Calamidade Pública.	
				2025
Total				29.500,00

04 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, VIAÇÃO E SANEAMENTO

ATIVIDADES DO ALMOXARIFADO CENTRAL

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2012	Manter as atividades do Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Obras Publicas, Viação e Saneamento.	Manter as despesas de pessoal, adquirir materiais e contratar serviços visando a manutenção das atividades desenvolvidas pelo Almoxarifado Central do Município.	
				2025
Total				27.000,00

04 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, VIAÇÃO E SANEAMENTO

ATIVIDADES DA OFICINA MECÂNICA

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2013	Manter as atividades da Oficina Mecânica.	Manter as despesas de pessoal, adquirir materiais, peças, pneus, combustíveis e lubrificantes e contratar serviços, visando a manutenção da Oficina Mecânica e do Parque de Máquinas do Município.	
				2025
Total				1.025.000,00

04 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, VIAÇÃO E SANEAMENTO

MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	2014	Construção da Capela Mortuária e Manutenção do Cemitério Municipal.	Adquirir imóvel (terreno) para construir a Capela Mortuária Municipal, contratando Obras e serviços e adquirindo materiais e serviços para a manutenção do Cemitério, Municipal.	
				2025
Total				15.500,00
Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2014	Manter a Iluminação Pública Municipal.	Manter o fornecimento da Energia Elétrica para a Iluminação Pública, adquirir materiais e contratar serviços para a sua manutenção, utilizando recursos Livres, CIP, Estadual e Federal.	
				2025
Total				1.000,00
Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
Total				16.500,00

04 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, VIAÇÃO E SANEAMENTO

PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DA PRAÇA MUNICIPAL

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	1015	Implantação e melhoramento da Praça Municipal.	Construir a Praça Municipal, contratando obras e serviços para sua manutenção.	
				2025 70.000,00
Total				70.000,00

04 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, VIAÇÃO E SANEAMENTO

PROJETO DA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PARADAS DE ÔNIBUS

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	1016	Manutenção de Paradas de Ônibus no Município.	Adquirir materiais e contratar serviços para manutenção de Paradas de Ônibus no Município.	
				2025 3.000,00
Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	1016	Construção de novas Paradas de Ônibus no Município.	Adquirir materiais e contratar serviços para construção de novas Paradas de Ônibus no Município.	
				2025 15.000,00
Total				18.000,00

04 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, VIAÇÃO E SANEAMENTO

ATIVIDADES COM RECURSOS DA CIDE

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2016	Manutenção De Vias Publicas no Município.	Adquirir materiais e contratar serviços para a manutenção de Vias Publicas no Município, com recursos da CIDE.	
				2025 9.500,00
Total				9.500,00

04 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, VIAÇÃO E SANEAMENTO

ATIVIDADES DA INFRA-ESTRUTURA URBANA

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2116	Melhorar a Infra-Estrutura Urbana do Município.	Adquirir materiais e contratar serviços para o melhoramento da Infra-estrutura Urbana do Município.	
				2025
				36.000,00
Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	2116	Melhorar a Infra-Estrutura Urbana do Município.	Adquirir materiais e contratar serviços e Obras para o melhoramento da Infra-estrutura urbana com: Alargamento, Pavimentação (Asfáltica, Pedras Regulares/ Irregulares e com Estabilizador Iônico de Solos) de Ruas, Avenidas e Passeios Públicos da área Urbana do Município.	
				2025
				243.500,00
Total				279.500,00

04 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, VIAÇÃO E SANEAMENTO

MANUTENÇÃO DA REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	2138	Manutenção da Regulação dos Serviços de Água e Esgoto.	Manter as atividades de Regulação dos Serviços de Água e Esgoto do Município, através de ações compatíveis com a legislação vigente.	
				2025
				15.000,00
Total				15.000,00

04 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, VIAÇÃO E SANEAMENTO

AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA INSTALAÇÕES MUNICIPAIS

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	1039	Aquisição de Imóveis para Instalações Municipais.	Adquirir imóveis para o melhoramento da Infra-estrutura urbana e rural do Município, para o desenvolvimento das diversas funções e atividades que competem ao Poder Público.	
				2025
				25.000,00
Total				25.000,00

04 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, VIAÇÃO E SANEAMENTO

CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA MUNICIPAL

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	1040	Construção e Manutenção da Capela Mortuária Municipal.	Construir e Manter as estruturas e atividades da Capela Mortuária Municipal.	
				2025 15.000,00
Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	1040	Manutenção da Capela Mortuária Municipal.	Construir e Manter as estruturas e atividades da Capela Mortuária Municipal.	
				2025 15.000,00
Total				30.000,00

TOTAL:.....R\$ 4.837.000,00

05 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

ATIVIDADES DA SECRETARIA

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2015	Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura.	Manter as despesas de pessoal, adquirir materiais e contratar serviços para a manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura. Apoiar eventos comemorativos ao Dia do Agricultor, Colono e do Motorista, realização de Jogos Rurais, Feiras Agropecuárias, Mostras de Produtos e Comercialização da Produção local. Manutenção do Departamento de Assistência Técnica, voltado a produção Primária, bem como proporcionar/subsidiar Cursos de Qualificação na área de Agricultura em conjunto com a ASCAR/EMATER e outras entidades. Manutenção do Convênio com a ASCAR/EMATER. Apoio aos Agricultores, através das Entidades Representativas, nas mobilizações da Classe, com auxílio no Transporte e Estadia dos Participantes.	
				2025 543.000,00
Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	1036	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para a manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura.	Adquirir Equipamentos e Materiais Permanentes, tais como: Computadores e Periféricos, Veículos Leves e mobiliário em geral para a manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura.	
				2025 49.000,00
Total				592.000,00

05 - PODER EXECUTIVO - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA – RECURSO 1147

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2017	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Agricultura.	Disponibilizar equipamentos para realização de atividades pertinentes ao Fundo Municipal de Agricultura.	
				2025 45.500,00
Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	2017	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Agricultura.	Proporcionar condições para realização das atividades do Fundo Municipal de Agricultura, através das diversas ações pertinentes ao Poder Público.	
				2025 15.000,00
Total				60.500,00

05 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**PROJETO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	1017	Manutenção do Abastecimento de Água no Interior do Município.	Proporcionar condições financeiras e técnicas para que o Poder Executivo possa manter os Programas de Abastecimento de Água no Interior do Município, com a contratação de serviços adequados e aquisição de Materiais e Material Permanente necessários. Custear as despesas com a legalização das Outorgas dos Poços Artesianos das Comunidades do Interior, junto ao Ministério de Minas e Energia. Implantação de Programa de instalação de Cisternas nos Imóveis e Centros Comunitários Rurais, para aproveitamento das águas das chuvas, de forma individual ou coletiva.	
				2025 342.000,00
Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	1017	Ampliação do Abastecimento de Água no Interior do Município.	Aquisição de materiais e contratação de serviços visando a ampliação e a construção de novas Redes de abastecimento de Água no Interior do Município. Adquirir equipamentos permanentes e outros materiais e serviços, visando a instalação dos Equipamentos necessários, cercamento e adaptação nos Poços Artesianos já abertos.	
				2025 56.000,00
Total				398.000,00

05 - PODER EXECUTIVO - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**PROJETO DE MANUTENÇÃO DA ELETRIFICAÇÃO RURAL**

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	1018	Manter o Projeto de Eletrificação Rural no Município.	Proporcionar condições financeiras e técnicas para que o Poder Executivo possa atender o Projeto de Eletrificação Rural, melhorando a qualidade das Redes de transmissão, principalmente Redes Bifásicas e Trifásicas.	
				2025 1.000,00
Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	1018	Manter o Projeto de Eletrificação Rural no Município.	Proporcionar condições financeiras e técnicas para que o Poder Executivo possa atender o Projeto de Eletrificação Rural, melhorando a qualidade das Redes de transmissão, principalmente Redes Bifásicas e Trifásicas.	
				2025 8.500,00
Total				9.500,00

05 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**PROJETO DA PRODUÇÃO LEITEIRA**

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	1019	Manutenção do Projeto de Produção Leiteira no Município.	Manter e melhorar o Programa da Produção Leiteira, com aquisição de materiais (sementes de pastagens, adubos, calcáreo, arames, palanques e aparelhos para instalação de Cercas Elétricas) e contratação de serviços técnicos especializados (inseminação artificial, assistência técnica) e incentivo à Propriedades Rurais para criação de Terneiras dentro dos padrões de qualidade, para redistribuição aos Produtores de Leite para renovação do Plantel, na manutenção e melhoramento do atendimento ao Programa de Produção Leiteira no Município.	
				2025
Total				29.000,00

05 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**ATIVIDADES DO SETOR DE HORTIFRUTIGRANJEIROS**

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2117	Manutenção das Atividades do Setor de Hortifrutigranjeiros.	Proporcionar condições financeiras e técnicas para que o Poder Executivo possa atender o Projeto de Incentivo à Produção e Comercialização de Produtos Hortifrutigranjeiros, através de assistência técnica, melhoria da qualidade do solo, subsídios e empréstimos para aquisição de mudas, sementes e materiais para implantação de novos pomares e estufas	
				2025
Total				175.000,00

05 - PODER EXECUTIVO - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA A PATRULHA AGRÍCOLA – RECURSOS PRÓPRIOS**

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	1112	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para a Patrulha Agrícola.	Adquirir equipamentos e materiais permanentes e máquinas agrícolas e rodoviárias e veículos (02 Tratores Agrícola, 01 Retroescavadeira Hidráulica, 02 Ensiladeiras, 02 Classificadores de Sementes e outros Implementos Agrícolas), para a ampliação e melhoramento da Patrulha Agrícola Municipal.	
				2025
Total				140.000,00

05 - PODER EXECUTIVO - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA A PATRULHA AGRÍCOLA – PROJETOS/CONVÊNIOS/EMENDAS**

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	1120	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para a Patrulha Agrícola.	Adquirir equipamentos e materiais permanentes e maquinas agrícolas e rodoviárias e veículos (02 Tratores Agrícola, 01 Retroescavadeira Hidráulica, 02 Ensiladeiras, 02 Classificadores de Sementes e outros Implementos Agrícolas), para a ampliação e melhoramento da Patrulha Agrícola Municipal.	
				2025
Total				400.000,00

05 - PODER EXECUTIVO - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**ATIVIDADES DO PROGRAMA TROCA-TROCA**

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2019	Manutenção das Atividades do Programa Troca-Troca.	Auxilio na aquisição de sementes para agricultores do município, através do Programa Troca-troca de Sementes.	
				2025
Total				94.000,00

05 - PODER EXECUTIVO - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**PROJETO DA PATRULHA AGRÍCOLA**

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	1021 (RP) 2129 (RV)	Manutenção das Atividades da Patrulha Agrícola.	Contratação e manutenção de pessoal, bem como aquisição de materiais e contratação de serviços para a manutenção das Atividades da Patrulha e manutenção de maquinas e equipamentos. Disponibilizar equipamentos para realização de serviços nas propriedades rurais, produtoras de leite, de acordo com a legislação específica.	
				2025
Total				785.500,00
Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	1021 (RP) 2129 (RV)	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para a Patrulha Agrícola.	Adquirir equipamentos e materiais permanentes e maquinas agrícolas e rodoviárias e veiculos (02 Tratores Agrícola, 01 Retroescavadeira Hidráulica, 02 Ensiladeiras, 02 Classificadores de Sementes e outros Implementos Agrícolas), para a ampliação e melhoramento da Patrulha Agrícola Municipal.	
				2025
Total				161.000,00
Total				946.500,00

05 - PODER EXECUTIVO - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**MANUTENÇÃO DO CIRAU – SISBI/SUASA/SUSAF**

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2108	Manter as atividades do CIRAU/SISBI/SUASA/SUSAF e outros.	Manter as despesas com mensalidades por adesão e participação em Consórcios Públicos.	
				2025
Total				1.000,00

05 - PODER EXECUTIVO - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE, INSPEÇÃO E S.I.G.A.**

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2075	Manutenção das Atividades do Departamento de Meio Ambiente e Inspeção Municipal.	Manutenção do Departamento, com contratação de pessoal, aquisição de materiais e softwares e contratação de serviços para a manutenção das Atividades Meio Ambiente e Inspeção Municipal.	
				2025
Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	2075	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para o Departamento de Meio Ambiente e Inspeção Municipal	Aquisição de Computadores, periféricos, mobiliários em geral, Veículo Leve para a manutenção das Atividades do Departamento.	
				2025
Total				167.000,00

TOTAL:.....R\$ 3.012.500,00

**06 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

01 - ATIVIDADES DO FUNDEB – 70%

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2020	Manutenção das Atividades do FUNDEB – 70%	Proporcionar condições financeiras e técnicas para que o Poder Executivo possa atender suas funções com pessoal e professores Especializados e Graduados, para manutenção das Atividades do FUNDEB – 70% , bem como a Educação Infantil e Ensino Básico no Município, inclusive a Educação em Tempo Integral.	
				2025
				946.000,00
Total				946.000,00

**06 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

01 - ATIVIDADES DO FUNDEB – 30%

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2021	Manutenção das Atividades do FUNDEB – 30% .	Proporcionar condições financeiras e técnicas para que o Poder Executivo possa atender suas funções com aquisição de materiais e contratação de serviços e cursos de especialização de professores para a manutenção das atividades do FUNDEB – 30% , bem como a manutenção de veículos do transporte escolar municipal.	
				2025
				126.000,00
Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	2021	Ampliação e manutenção de Escolas Municipais e Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar do Ensino Fundamental - FUNDEB – 30% .	Ampliação e manutenção das Escolas Municipais, adequação das Escolas Municipais para atendimento dos alunos de Creche e Educação Integral e Aquisição de Veículos (Ônibus e Camionetes Envidraçadas) destinados ao Transporte Escolar do Ensino Fundamental, com recursos do FUNDEB – 30% .	
				2025
				15.000,00
Total				141.000,00

06 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

01 - ATIVIDADES DO FUNDEB 70% - EDUCAÇÃO INFANTIL

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2126	Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.	Proporcionar condições financeiras e técnicas para que o Poder Executivo possa atender suas funções com pessoal, aquisição de materiais e contratação de serviços adequados, para manter as Atividades da Educação Infantil, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.	
				2025
Total				287.000,00

06 - PODER EXECUTIVO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO – MDE 25%

02 - PROJETO CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO DE COLÉGIOS MUNICIPAIS

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	1038	Construção e Ampliação de Colégios Municipais no Município.	Contratação de Obras e Serviços, destinados a Construção e Ampliação de Colégios Municipais, inclusive para atendimento adequado dos alunos de 0 a 3 anos em Creche e a Educação em Turno Integral.	
				2025
Total				329.000,00

**06 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO – MDE 25%**

02 - ATIVIDADES DA SECRETARIA – MDE 25%

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2022	Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.	Proporcionar condições financeiras e técnicas para que o Poder Executivo possa atender suas funções com pessoal, aquisição de materiais e contratação de serviços adequados, para manter as Atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto. Contratação de Serviços Educacionais para aprimoramento curricular dos Professores da rede Municipal de Ensino Básico.	
				2025
				2.079.327,00
Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	2022	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para a manutenção da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.	Adquirir Equipamentos e Materiais permanentes, Computadores e Periféricos, Veículos (Ônibus, Camionetes Envidraçadas e Veículos Leves) e mobiliário em geral para a manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.	
				2025
				28.000,00
Total				2.107.327,00

**06 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO – MDE 25%**

02 - ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2023	Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.	Proporcionar condições financeiras e técnicas para que o Poder Executivo possa atender suas funções com pessoal, aquisição de materiais e contratação de serviços adequados, para manter as Atividades da Educação Infantil, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.	
				2025
				210.000,00
Total				210.000,00

06 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO – MDE 25%

02 - ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2024	Manutenção das Atividades da Educação Especial.	Contratação de serviços de Transporte Escolar Municipal, da Educação Especial, aquisição de materiais e contratação de serviços Pessoa Física e Jurídica para desenvolvimento das atividades.	
				2025
Total				15.000,00

06 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO – GASTOS NÃO COMPUTADOS NO ENSINO

03 - ATIVIDADES RECURSO PAR FEDERAL E OUTROS

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2025	Manutenção das Atividades dos Programas Federais.	Aquisição de Materiais e Contratação de Serviços com recursos de Programas Federais.	
				2025
Total				46.000,00

06 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO – GASTOS NÃO COMPUTADOS NO ENSINO

03 - ATIVIDADES DA MERENDA ESCOLAR/PNAE

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2027	Manutenção das Atividades da Merenda Escolar/Pnae.	Aquisição de Gêneros Alimentícios, buscando alcançar o mínimo 30% de Produtos da Agricultura Familiar e outros materiais para a manutenção da Merenda Escolar Municipal.	
				2025
Total				70.000,00

**06 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO – GASTOS NÃO COMPUTADOS NO ENSINO****03 - ATIVIDADES DE APOIO A CRECHES/BRASIL CARINHOSO/OUTROS**

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2030	Manutenção das Atividades de Apoio a Creches e outros Programas Federais.	Aquisição de materiais e Contratação de Serviços para as atividades dos Programas Federais no âmbito da Educação Infantil, Creche e Pré-Escola.	
				2025
Total				7.000,00

**06 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO – GASTOS NÃO COMPUTADOS NO ENSINO****03 - ATIVIDADES DA CONTRAPARTIDA DA MERENDA ESCOLAR**

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2028	Manutenção das Atividades da Contrapartida da Merenda Escolar.	Aquisição de Gêneros Alimentícios e outros materiais para a manutenção das atividades com recursos da Contrapartida da Merenda Escolar.	
				2025
Total				144.000,00

**06 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO – GASTOS NÃO COMPUTADOS NO ENSINO****03 - ATIVIDADES DO PDDE - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA**

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2029	Manutenção das Atividades do Programa PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola.	Aquisição de materiais de consumo e equipamentos e materiais permanentes e contratação de serviços para a manutenção das atividades com recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE.	
				2025
Total				50,00

**06 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO – GASTOS NÃO COMPUTADOS NO ENSINO****03 - ATIVIDADES DO SALÁRIO EDUCAÇÃO/UNIÃO**

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2033	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental com recursos do Salário Educação da União.	Aquisição de materiais e contratação de serviços para a manutenção das atividades com recursos do Salário Educação da União.	
				2025
Total				133.000,00

**06 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO – GASTOS NÃO COMPUTADOS NO ENSINO**

02 - ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2023	Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.	Proporcionar condições financeiras e técnicas para que o Poder Executivo possa atender suas funções com pessoal, aquisição de materiais e contratação de serviços adequados, para manter as Atividades da Educação Infantil, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.	
				2025
				17.500,00
Total				17.500,00

**06 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO – GASTOS NÃO COMPUTADOS NO ENSINO**

03 - ATIVIDADES DA DIFUSÃO CULTURAL

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2034	Manutenção das Atividades da Difusão Cultural no Município.	Aquisição de materiais e contratação de serviços na manutenção de atividades da Difusão Cultural no Município em datas comemorativas e alusivas a festividades locais, festas das Etnias, Grupo de Danças Étnicas, Entidades Tradicionalista e Culturais, Semana do Município, Dia da Criança, Dia do Professor, Natal, Páscoa. Instalação do Museu Municipal e Manutenção da Biblioteca Pública Municipal "ANA TERRA" e manutenção de Tele-centros de Informática. Implantar o Coral e Banda Municipal, bem como proporcionar Cursos de Instrumentos Musicais.	
				2025
				105.500,00
Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	2034	Manutenção das Atividades da Difusão Cultural no Município.	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para atividades da Difusão Cultural no Município.	
				2025
				3.000,00
Total				108.500,00

**06 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO – GASTOS NÃO COMPUTADOS NO ENSINO**

03 - ATIVIDADES DE LAZER E DESPORTO AMADOR

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2035	Manutenção das Atividades de Lazer e Desporto Amador no Município.	Aquisição de materiais (esportivos e outros) e contratação de serviços (arbitragens e outros), para a manutenção do Ginásio Esportivo Municipal e na manutenção de atividades do Desporto Amador no Município, tais como: Campeonatos Municipais e Regionais de Futebol (Campo, Salão e Sete), Bocha, Vôlei e Handebol. Destinar verbas para manter as melhorias junto às comunidades do município, tais como centros comunitários, quadras esportivas, canchas de bochas e outros. Realização de Ralis (Veículos, Motos e Outros). Shows e Eventos.	
				2025
				85.000,00
Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	2035	Construção/Ampliação de Praças Esportivas, Ginásios, Quadras e outros, com recursos próprios e/ou de Projetos.	Adquirir Veículos, como Camionetes Envidraçadas e Ônibus para o Transporte Escolar Municipal, com recursos Federal e Estadual.	
				2025
				251.500,00
Total				336.500,00

**06 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO – GASTOS NÃO COMPUTADOS NO ENSINO**

04 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR COM RECURSOS PRÓPRIOS - MDE

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2130	Aquisição de veículos para o Transporte Escolar Municipal.	Adquirir Veículos, como Camionetes Envidraçadas e Ônibus para o Transporte Escolar Municipal, com recursos Federal e Estadual.	
				2025
				236.000,00
Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	2130	Aquisição de veículos para o Transporte Escolar Municipal.	Adquirir Veículos, como Camionetes Envidraçadas e Ônibus para o Transporte Escolar Municipal, com recursos Federal e Estadual.	
				2025
				27.000,00
Total				263.000,00

**06 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO – GASTOS NÃO COMPUTADOS NO ENSINO**

04 - ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR RURAL/ESTADO - PEATE

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2131	Manutenção das Atividades do Transporte Escolar Rural do Estado.	Aquisição de peças e serviços de manutenção de veículos de uso do Transporte Escolar de Ensino Fundamental e Ensino Médio, bem como contratação de Transporte Escolar junto a Terceiros.	
				2025
Total				350.000,00

**06 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO - GASTOS NÃO COMPUTADOS NO ENSINO**

04 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR COM RECURSOS DO PNATE

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2132	Manutenção das Atividades Do Transporte Escolar Rural da União.	Aquisição de materiais e contratação de serviços para a manutenção das atividades com recursos do Transporte Escolar Rural da União.	
				2025
Total				84.000,00

**06 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO – GASTOS NÃO COMPUTADOS NO ENSINO**

04 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR COM RECURSOS PRÓPRIOS – EDUCAÇÃO INFANTIL - MDE

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2133	Manutenção do Transporte Escolar com Recursos Próprios – Educação Infantil - MDE	Proporcionar condições financeiras e técnicas para que o Poder Executivo possa atender suas funções com aquisição de materiais e contratação de serviços para a Manutenção do Transporte Escolar com Recursos Próprios – Educação Infantil - MDE	
				2025
Total				141.000,00
Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	2133	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para as atividades do Transporte Escolar Municipal.	Adquirir Equipamentos e Materiais Permanentes para auxiliar na execução das atividades do Transporte Escolar Municipal, com recursos próprios.	
				2025
Total				9.000,00
Total				150.000,00

**06 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO – GASTOS NÃO COMPUTADOS NO ENSINO**

04 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO COM RECURSOS PRÓPRIOS

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2134	Manutenção das Atividades Do Ensino Médio.	Manutenção das Atividades do Ensino Médio, com aquisição de Materiais, contratação de serviços e repasse de Auxílio Financeiro às Associações de Estudantes para custeio do Transporte Escolar dos alunos do Ensino Médio, inclusive na Educação em Tempo Integral.	
				2025
Total				31.000,00

**06 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO – GASTOS NÃO COMPUTADOS NO ENSINO**

04 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE DO ENSINO SUPERIOR COM RECURSOS PRÓPRIOS

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2135	Manutenção das Atividades do Ensino Superior.	Manutenção do Transporte Escolar, com aquisição de Materiais, contratação de serviços e repasse de Auxílio Financeiro às Associações de Estudantes para custeio do Transporte Escolar dos alunos do Ensino Superior, bem como contratação de Transporte Terceirizado, auxílio parcial aos Alunos, em áreas deficitárias do Município, como incentivo e futuro ressarcimento em Serviços Públicos.	
				2025
Total				28.000,00

**06 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO – GASTOS NÃO COMPUTADOS NO ENSINO**

04 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE DO ENSINO SUPERIOR COM RECURSOS DO PROGRAMA PASSE LIVRE

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2136	Manutenção das Atividades do Ensino Superior.	Manutenção do Transporte Escolar, com aquisição de Materiais, contratação de serviços e repasse de Auxílio Financeiro às Associações de Estudantes para custeio do Transporte Escolar dos alunos do Ensino Superior, bem como contratação de Transporte Terceirizado, auxílio parcial aos Alunos, em áreas deficitárias do Município, como incentivo e futuro ressarcimento em Serviços Públicos.	
				2025
Total				50,00

06 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO – MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

05 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2139	Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Educação.	Aquisição de materiais e contratação de serviços para a manutenção das atividades do Conselho de Educação do Município, propiciando as condições necessárias ao seu regular funcionamento.	
				2025
				8.000,00
Total				8.000,00

TOTAL:.....R\$ 5.811.927,00

07 - PODER EXECUTIVO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – A.S.P.S. – Atividades da Secretaria

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2037	Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Políticas Sociais com recursos próprios (A.S.P.S.)	Manutenção das despesas com Pessoal, aquisição de materiais de expediente, laboratorial, ambulatorial, odontológico, aquisição de medicamentos para uso nas Unidades de Saúde e distribuição para a população do Município. Manutenção das atividades da Academia da Saúde Serviços de terceiros, convênios com hospitais e clínicas para realização de exames, consultas, cirurgias, internações. Aquisição de peças, pneus, combustíveis, lubrificantes e serviços de mão de obra mecânica na manutenção de veículos de uso da Secretaria Municipal de Saúde, manter Convênios com associações na área da Saúde.	
				2025
Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	2037	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes e Veículos para as Unidades Básicas de Saúde. Ampliações das Unidades Básicas de Saúde do Município com recursos próprios (A.S.P.S.).	Aquisição de aparelhos, equipamentos e utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares, computadores e periféricos, de comunicação, mobiliário em geral e outros. Aquisição de ambulâncias e veículos leves e médios para melhorar o atendimento da saúde da população do Município. Aquisição de materiais e contratações de serviços para ampliação e reforma das instalações das Unidades Básicas de Saúde no Município e Academia da Saúde.	
				2025
Total				4.463.000,00

07 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**03 - ATIVIDADES DO BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA - UNIÃO**

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2038	Manutenção das Atividades da Atenção Básica da União.	Manutenção de despesas com Pessoal, aquisição de materiais e contratações de serviços com recursos da União, contemplando os programas sociais.	
				2025
			696.000,00	
Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	2038	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes com recursos da União.	Aquisição de aparelhos, equipamentos e utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares, material de processamento de dados, de comunicação, mobiliário em geral e outros. Aquisição de veículos, construção e ampliação de UBSs para melhorar o atendimento da Saúde a população do município, com recursos da União, em conformidade com os programas sociais e legislação vigente.	
				2025
			140.000,00	
			Total	836.000,00

07 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**06 - ATIVIDADES DO BLOCO DA VIGILÂNCIA - UNIÃO**

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2042	Manutenção das Atividades do Bloco da Vigilância, com recursos da União.	Manutenção de despesas com Pessoal e Encargos Sociais, aquisição de Materiais e Contratação de Serviços com recursos da Vigilância - União.	
				2025
			132.000,00	
Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	2042	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes, Veículos, Construção e Ampliação de UBSs com recursos da União.	Aquisição de aparelhos, equipamentos e utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares, computadores e periféricos, de comunicação, mobiliário em geral, veículos leves, construção e ampliação de UBSs para o desenvolvimento das Ações Básicas em Saúde desenvolvidas no Município, com recursos da Vigilância - União	
				2025
			7.000,00	
			Total	139.000,00

07 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**MANUTENÇÃO DO CIRAU/OUTROS CONSÓRCIOS**

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2018	Manter as atividades do CIRAU e outros Consórcios.	Manter as despesas com mensalidades por adesão e participação em Consórcios Públicos.	
				2025
Total				1.000,00

07 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**12 - ATIVIDADES DO BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA - ESTADO**

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2047	Manutenção das Atividades do Bloco de Atenção Básica - Estado	Manutenção de despesas com Pessoal e Encargos Sociais, aquisição de Materiais e Contratação de Serviços com recursos da Atenção Básica do Estado, com as devidas atualizações e adaptações à legislação vigente.	
				2025
Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	2047	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes, Veículos, Construção e Ampliação de UBSs com recursos da Atenção Básica do Estado	Aquisição de aparelhos, equipamentos e utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares, computadores e periféricos, de comunicação, mobiliário em geral, veículos leves, construção e ampliação de UBSs para Ações Básicas em Saúde desenvolvidas no Município, com recursos da Atenção Básica do Estado, com as devidas atualizações e adaptações à legislação vigente.	
				2025
Total				393.000,00

TOTAL:.....R\$ 5.832.000,00

09 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

01 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – Serviço de Proteção Social Básica – BL PSB

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2089	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social. Apoio às Situações de Emergência e Habitação Social. Manter o IGDSUAS, IGDPBF, PAIF, FEAS, PTMC, OASF, PBV II e Vigilância Socioassistencial.	Manutenção de despesas com o Fundo Municipal de Assistência Social, adquirindo materiais e de distribuição gratuita, contratando serviços pessoa Física e Jurídica, despesas com Pessoal e Obrigações Patronais, bem como fornecer e/ou custear despesas de transporte de Municípes trabalhadores em Fábricas da Região. Manter Convênios com Entidades de Apoio (CEDEDICA, LAR DOS VELINHOS e outros). Apoio às Situações de Emergência (catástrofes naturais), Programa de Habitação Social, aprimoramento da Gestão do SUAS e outros eventos. Manter as atividades do IGDSUAS, IGDPBF, PAIF, FEAS, OASF, PBV II e Vigilância Socioassistencial.	
				2025 200.000,00
Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	2089	Equipamentos e Materiais Permanentes para a manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social.	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes (inclusive contrapartida de projetos), como veículos leves, mobiliário em geral, computadores e periféricos e outros, visando o melhoramento dos serviços prestados pela Assistência Social no Município.	
				2025 15.000,00
Total				215.000,00

01 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – Manutenção dos Benefícios Eventuais da Assistência Social

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2089	Manutenção das Atividades do Programa de Benefícios Eventuais da Assistência Social.	Manutenção de despesas com Benefícios Eventuais da Assistência Social, adquirindo materiais de distribuição gratuita, contratando serviços pessoa Física e Jurídica, despesas com Pessoal e Obrigações Patronais, atendendo demandas eventuais, conforme legislação vigente.	
				2025 33.000,00
Total				33.000,00

01 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – Manutenção do Grupos de Idosos e Centro de Convivência

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2089	Manutenção das Atividades do Grupo de Idosos e do Centro de Convivência.	Aquisição de materiais e contratação de serviços de Pessoas Físicas e Jurídicas ou bem de distribuição gratuita, custeio e contratação de transporte para participação do Grupo de Idosos em Eventos e Festividades em Florianópolis e Municípios do Estado, visando à manutenção do Grupo de Idosos “JOVENS PARA SEMPRE”, bem como do Centro de Convivência do Idoso na Sede do Município.	
				2025
Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	2089	Equipamentos e Materiais Permanentes para o Centro de Convivência do Idoso, na Sede do Município.	Aquisição de Aparelhos de comunicação, mobiliário em geral, de Copa e Cozinha e aparelhos esportivos e de lazer, Computadores e periféricos e outros equipamentos.	
				2025
Total				44.500,00

01 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – Manutenção do CRAS

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2089	Manutenção das Atividades do CRAS – Centro de Referência em Assistência Social.	Manutenção das despesas adquirindo materiais, contratando serviços, despesas com Pessoal e Obrigações Patronais para o CRAS – Centro de Referência em Assistência Social.	
				2025
Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	2089	Construção, Ampliação e Reforma do Prédio. Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes.	Construção, Ampliação e Reforma do Prédio. Aquisição de equipamentos e materiais permanentes, como mobiliário em geral, computadores, periféricos e outros, visando a manutenção do CRAS – Centro de Referência em Assistência Social.	
				2025
Total				337.500,00

01 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – Manutenção do Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2089	Manutenção das Atividades do Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica.	Manutenção de despesas com Pessoal e Encargos, aquisição de materiais e contratação de serviços de Pessoas Físicas e Jurídicas, cursos, treinamentos e seminários, aquisição de materiais de distribuição gratuita e afins, conforme legislação vigente.	
				2025
				128.000,00
Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	2089	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para a realização das atividades do Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica.	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes em geral, para a manutenção e aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo Bloco de Financiamento e Proteção Social, conforme legislação vigente.	
				2025
				2.500,00
Total				130.500,00

09 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

01 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – Manutenção do Fundo Estadual de Assistência Social

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2090	Manutenção das Atividades do Fundo Estadual de Assistência Social.	Aquisição de materiais e contratação de serviços de Pessoas Físicas e Jurídicas ou bem de distribuição gratuita, para atendimentos das demandas e necessidades que surgirem, em conformidade com a legislação vigente.	
				2025
				13.000,00
Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	2090	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para a execução das atividades do Fundo Estadual de Assistência Social.	Aquisição de Aparelhos de comunicação, mobiliário em geral, de Copa e Cozinha e aparelhos esportivos e de lazer, Computadores e periféricos e outros equipamentos, visando o atendimento das demandas do Fundo Estadual de Assistência Social, em conformidade com a legislação vigente.	
				2025
				1.000,00
Total				14.000,00

01 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – Programa Estadual de Assistência Social - PEAS

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2090	Manutenção das Atividades do Programa BPC na Escola	Aquisição de materiais e contratação de serviços de Pessoas Físicas e Jurídicas para a manutenção do Programa BPC na Escola, conforme legislação vigente	
				2025
Total				500,00

09 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

01 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – Serviço de Proteção Social de Média Complexidade – BL PSE-MC

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2091	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social – Serviço de Proteção Social de Média Complexidade.	Manutenção de despesas com o Fundo Municipal de Assistência Social, adquirindo materiais e de distribuição gratuita, contratando serviços pessoa Física e Jurídica. Manter Convênios com Entidades de média e alta complexidade.	
				2025
Total				8.500,00

09 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

01 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – Fortalecimento do Conselho Municipal de Assistência Social

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2093	Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Assistência Social.	Aquisição de materiais e contratação de serviços de Pessoas Físicas e Jurídicas para a manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Assistência Social.	
				2025
Total				2.500,00

09 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

01 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – Apoio à Organização e a Gestão do SUAS – IGD-SUAS

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2094	Manutenção do Apoio Técnico e Operacional às Atividades de Controle Social através da Organização e Gestão do SUAS – IGD/SUAS.	Aquisição de materiais e contratação de serviços de Pessoas Físicas e Jurídicas para a manutenção Apoio Técnico e Operacional às Atividades de Controle Social através da Organização e Gestão do SUAS – IGD/SUAS.	
				2025
Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	2094	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente.	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para o andamento das atividades do Apoio Técnico e Operacional às Atividades de Controle Social – IGD SUAS.	
				2025
Total				20.500,00

09 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

01 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – Fortalecimento do Controle Social – IGD SUAS

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2095	Manutenção do Apoio Técnico e Operacional às Atividades de Controle Social – IGD SUAS..	Aquisição de materiais e contratação de serviços de Pessoas Físicas e Jurídicas para a manutenção Apoio Técnico e Operacional às Atividades de Controle Social – IGD SUAS..	
				2025
Total				7.000,00

09 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

01 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – Apoio à Organização do Programa Bolsa Família e Cadúnico – IGD-PBF

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2096	Manutenção das Atividades do Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica.	Manutenção de despesas com Pessoal e Encargos, aquisição de materiais e contratação de serviços de Pessoas Físicas e Jurídicas, cursos, treinamentos e seminários, aquisição de materiais de distribuição gratuita e afins, conforme legislação vigente.	
				2025
				154.000,00
Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	2096	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para a realização das atividades do Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica.	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes em geral, para a manutenção e aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo Bloco de Financiamento e Proteção Social, conforme legislação vigente.	
				2025
				2.500,00
Total				156.500,00

09 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

01 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – Fortalecimento do Controle Social – IGD-PBF

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2097	Manutenção das Atividades da Bolsa família/Cidadania Alimentar/IGD-PBF.	Aquisição de materiais para o desenvolvimento dos Programas Bolsa Família/ Cidadania Alimentar, Brasil Sem Miséria, Índice de Gestão Descentralizada/PBF no Município.	
				2025
				126.000,00
Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	2097	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para o Programa IGD – Bolsa Família.	Aquisição de Aparelhos de comunicação, mobiliário em geral, de Copa e Cozinha e aparelhos esportivos e de lazer, Computadores e periféricos e outros equipamentos.	
				2025
				7.000,00
Total				433.000,00

09 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

02 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - (2114)

Atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2114	Manutenção das Atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – COMDICA e Conselho Tutelar.	Manutenção de despesas com Pessoal, aquisição de materiais e contratação de serviços de Pessoas Físicas e Jurídicas, cursos, treinamentos e seminários para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – COMDICA e Conselho Tutelar. Manter Convênios com Entidades de Apoio (CEDEDICA e outros).	
				2025 163.500,00
Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	2114	Equipamentos e Materiais Permanentes para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – COMDICA e Conselho Tutelar.	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes em geral, para a manutenção e aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – COMDICA e Conselho Tutelar.	
				2025 7.000,00
Total				170.500,00

09 - PODER EXECUTIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

03 – SETOR DE ATIVIDADES DA SECRETARIA – (2111) Atividades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2111	Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Políticas Sociais.	Manutenção das despesas com Pessoal, aquisição de materiais de expediente, serviços de terceiros, aquisição de peças, pneus, combustíveis, lubrificantes e serviços de mão de obra mecânica na manutenção de veículos de uso da Secretaria Municipal de Políticas Sociais.	
				2025 286.000,00
Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
I N V E S T I M E N T O S	2111	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente.	Aquisição de Veículos Leves, equipamentos de informática, comunicação, mobiliário em geral para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Políticas Sociais, com recursos próprios ou em parceria com o Estado e a União.	
				2025 3.000,00
Total				289.000,00

TOTAL:.....R\$ 1.560.500,00

08 - PODER EXECUTIVO – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO – R.P.P.S.

08 - ATIVIDADES DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO – R.P.P.S.

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	2062	Manutenção das Atividades do Regime Próprio de Previdência do Servidor Publico – R.P.P.S.	Manutenção das Atividades do Regime Próprio de Previdência do Servidor Publico Municipal – R.P.P.S., com despesas de pessoal como benefícios e aposentadoria, adquirindo materiais de consumo e contratando serviços, bem como a amortização do Déficit Atuarial.	
				2025
				895.000,00

Total 895.000,00

TOTAL:.....R\$ 895.000,00

10 - PODER EXECUTIVO – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

ATIVIDADES DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	9001	Reserva de Contingência EXECUTIVO	Formação de Reserva de Contingência para atender a eventualidades de caráter emergencial no Município.	
				2025
				408.000,00
Grupo	Código	Ação	Objetivo	2025
M A N U T E N C A O	9001	Reserva de Contingência R.P.P.S.	Formação de Reserva de Contingência para atender a eventualidades de caráter emergencial no R.P.P.S.	
				2025
				1.905.000,00

Total 2.313.000,00

TOTAL:.....R\$ 2.313.000,00

TOTAL GERAL:.....R\$ 28.755.927,00

ORLEI GIARETTA,
Prefeito Municipal.